



UC/FPCE_2007

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Duas Faces da Vinculação em Grávidas e Mães Adolescentes: “Bonding” e percepção das relações de vinculação com os pais

Joana Santos Silva (e-mail: joana_s_silva@yahoo.com.br)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica Dinâmica e Sistémica
sob a orientação da Professora Doutora Maria Madalena de Carvalho
Lourenço

Duas faces da Vinculação em Grávidas e Mães Adolescentes: “Bonding” e percepção das relações de vinculação com os pais

Resumo

Quando estudamos a gravidez e/ou maternidade na adolescência, constatamos que a vinculação perpassa toda essa área de investigação. Nesse sentido, o estudo apresentado destina-se a investigar o modo como grávidas e mães adolescentes se encontram emocionalmente envolvidas com o bebê e também, o modo como percebem as relações de vinculação com a sua mãe e com o seu pai. Desse modo, a nossa amostra ($N=37$), foi avaliada através dos seguintes instrumentos: Questionário sócio-demográfico; Escala *Bonding* (Figueiredo, Marques, Costa, Pacheco & Pais, *in press*); Inventário da Vinculação na Adolescência (IPPA – Neves, 1995).

Não encontramos qualquer correlação estatisticamente significativa entre o *Bonding* e a percepção das relações de vinculação com os pais em grávidas e/ou mães adolescentes. Contudo, algumas das variáveis sócio-demográficas e outras associadas à gravidez influenciaram os resultados do *Bonding* e do IPPA. Curiosamente, verificamos que o “estado civil dos pais”, o “estado civil da própria”, a “conjugalidade” e a “atitude do pai” da própria se destacavam, quando analisávamos os resultados obtidos na escala *Bonding* e no IPPA.

Enfatizou-se ainda, a importância em investigar, mais especificamente, a dimensão da vinculação na maternidade (não apenas na gravidez), abrindo reflexão para a potencial existência de variáveis mediadoras que, eventual e paralelamente, poderão explicar o *Bonding* e a percepção das relações de vinculação com os pais nas grávidas e mães adolescentes.

Estabelecendo como objectivo o estudo do funcionamento relacional da adolescente com os seus pais e o seu bebê, acreditamos que, desse modo, é possível construir uma intervenção e prevenção ao nível da relação precoce mãe-filho, junto da população adolescente.

Palavras chave: Adolescência, gravidez, maternidade, vinculação, “bonding”.

Two Faces of Attachment in Adolescent Pregnants and Mothers: Bonding and perception of attachment with parents

Abstract

When we study pregnancy and motherhood in adolescence, we report that attachment pass by all this area of investigation. In this way, the introduced study is intended to investigate the way how adolescent pregnant and mothers are emotionally involved with baby, and also the way how they perceive attachment relationships with their mother and father. Thus, our sample ($N=37$) was assessed through the next instruments: sociodemographic questionnaire, *Bonding* scale (Figueiredo, Marques, Costa, Pacheco, & Pais, *in press*), Inventory of Parent and Peer Attachment (IPPA – Neves, 1995).

We didn't find any statistically significant correlation between *Bonding*

and the perception of attachment with parents in adolescent pregnant and mothers. However, some of the sociodemographic variables and others associated with pregnancy influenced the results in *Bonding* scale and IPPA. Curiously, we test that “marital status”, “conjugalitv”, and “father’s attitude” became visible, when we analysed the results of *Bonding* and IPPA.

We also emphasized the importance of investigate, more specifically, the attachment’s dimension in motherhood (not only in pregnancy), opening reflection to the potencial existence of intermediary variables which, possible and similarly, could explain bonding and adolescent pregnant’s or mother’s perception about the attachment relationships with parents.

Establishing as purpose the study of adolescent’s relational functioning with her parents and baby, we believe that, on this way, it’s possible to build intervention and prevention related with early relation between mother-son, near the adolescent population.

Key Words: Adolescence, pregnancy, motherhood, attachment, bonding.

Agradecimentos

Na realização de um trabalho desta índole, reflexo de um percurso trilhado com perseverança, algumas privações e sacrifícios, alternando momentos de algum desalento com a satisfação da obra conseguida, há sempre algumas pessoas que contribuem para a sua concretização. Neste sentido, queremos deixar algumas palavras de agradecimento sincero.

À Prof.^a Doutora Madalena Lourenço, agradecemos a orientação deste estudo, traduzida no precioso acolhimento que recebemos desde o início, bem como a confiança em nós depositada na construção do mesmo. Muito obrigada.

À Prof.^a Doutora Madalena Alarcão, pela forma generosa com que nos esclareceu acerca da existência do IPPA, cuja utilização se revelou pertinente no nosso estudo.

À Dr.^a Lúcia Neves, pelos esclarecimentos amavelmente dispensados acerca do IPPA.

À Prof.^a Doutora Bárbara Figueiredo, agradecemos a forma directa e eficaz com que nos fez chegar a escala *Bonding*, bem como todo o acolhimento igualmente dispensado.

Ao Dr. Nuno Teixeira, agradecemos os esclarecimentos dispensados para o tratamento estatístico dos dados do nosso estudo.

À Unidade de Intervenção Precoce da Maternidade Bissaya Barreto, agradecemos o apoio e acolhimento dado na recolha da amostra do nosso estudo. Obrigada.

À Associação de Defesa e Apoio à Vida de Coimbra, pela oportunidade disponibilizada na recolha de parte da amostra do nosso estudo. Um agradecimento especial à Dr.^a Catarina e à Dr.^a Filipa.

A todas as grávidas e mães adolescentes que colaboraram voluntariamente neste estudo.

Aos meus amigos e colegas que estiveram, desde sempre, ao meu lado, pelo apoio e amizades vividas. Obrigada.

Ao Samuel, pelo apoio e paciência revelados no companheirismo e amor incondicional que marcam esta nossa caminhada.

À irmã Catarina, pela cumplicidade e partilha vividas.

Aos meus pais, a quem dedico este trabalho, os meus grandes modelos de coragem, trabalho e amor. Obrigada pelo “porto seguro”.

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual	1
1. Vinculação e comportamento de vinculação	
2. Modelos internos de vinculação	2
3. Vinculação e desenvolvimento do <i>self</i>	5
4. Padrões de vinculação	8
5. Impacto desenvolvimental da gravidez e/ou maternidade na adolescência	9
6. Vinculação materna ao bebé	13
7. Estilo de vinculação e qualidade de relação com o bebé	15
II – Objectivos	
1. Definição do problema e objectivos	17
2. Modelo conceptual	18
III – Metodologia	
1. Instrumentos	19
2. Critérios de amostragem	25
3. Recolha da amostra	25
4. Caracterização da amostra	26
IV – Resultados	
1. Resultados na escala <i>Bonding</i>	33
2. Resultados no IPPA	36
V – Discussão	39
VI – Conclusões	44
Bibliografia	48

Índice (Cont.)

Anexos

Anexo A: Tipologia relativa à vinculação no adulto	54
Anexo B: Questionário	55
Anexo C: Escala <i>Bonding</i>	59
Anexo D: IPPA – Versão Revista	60
Anexo E: Classificação Nacional das Profissões	65
Anexo F: Classificação do nível sócio-económico	66
Anexo G: Tabelas de estatísticas descritivas	67
Anexo H: Tabelas de análise da variância	68
Anexo I: Tabelas de correlação	70

Introdução

O tema inerente a este estudo engloba diversos aspectos que, por diversas vezes, constituem por si só, os próprios temas de inúmeros estudos, nomeadamente: adolescência, gravidez, maternidade e os vínculos que daí advêm, como é o envolvimento emocional da grávida e/ou mãe com o seu bebé, não esquecendo, contudo, outra dimensão importante que liga a grávida e/ou mãe à sua origem, e que, por sua vez, se poderá encontrar reflectida nas relações de vinculação aos pais.

Neste sentido, tendo como pano de fundo a problemática da gravidez/maternidade na adolescência, propusemo-nos a estudar a vinculação, partindo da Teoria da Vinculação de Bowlby, alargando-a a diferentes pontos que reforçam a especificidade da gravidez/maternidade na adolescência. De forma a traduzirmos esta ideia no nosso trabalho, elaboramos, numa primeira parte, um enquadramento conceptual, assente na revisão da literatura por nós efectuada.

Neste estudo, além da eventual existência de relação entre o envolvimento emocional com o bebé (“bonding”) e a percepção das relações de vinculação com os pais em grávidas e mães adolescentes, pretendemos ainda investigar a eventual influência de diversas variáveis no *Bonding* e na percepção das relações de vinculação com os pais das mesmas.

O presente estudo define-se como não-experimental (ou correlacional) e, simultaneamente, apresenta um carácter clarificador e/ou compreensivo acerca desta temática tão abrangente, e por isso, não menos complexa. Ao cruzarmos “duas faces” da vinculação em grávidas e mães adolescentes, poderemos também constatar também novas “faces” desta problemática, propícias a novas investigações e a novas/renovadas práticas de intervenção e prevenção ao nível das problemáticas associadas à relação precoce mãe-filho, situando-a na gravidez e/ou maternidade na adolescência.

I – Enquadramento conceptual

1. Vinculação e comportamento de vinculação

A teoria da natureza e do desenvolvimento das relações de vinculação no ser humano está, necessariamente, associada a John Bowlby (1969/1982, 1973, 1977). Só recentemente as diferenças individuais na organização da vinculação começaram a ser concebidas como diferenças na representação mental da vinculação (Main, Kaplan & Cassidy, 1985).

A Teoria da Vinculação (*Attachment Theory*) postula que a ligação da mãe ao bebé se torna o modelo das relações futuras, promove expectativas e assunções

acerca de si próprio e dos outros, susceptíveis de influenciar a competência social e o desenvolvimento emocional ao longo da vida (Skolnick, 1986). Assim, Bowlby (1977) considerava que a vinculação era uma característica que acompanhava os seres humanos do berço à cova. A vinculação é então definida por Bowlby (1969) como a propensão dos seres humanos para estabelecerem laços afectivos fortes com determinadas pessoas, tendo como consequência ficar emocionalmente afectado quando ocorrem separações ou perdas inesperadas e/ou indesejadas.

Existem vários conceitos habitualmente ligados à vinculação, entre os quais o conceito de “comportamento de vinculação”. No contexto da relação da criança com um adulto particular, Bowlby define o comportamento de vinculação como qualquer forma de comportamento que tem como resultado previsível manter ou estabelecer a proximidade da criança com essa figura. Ao definir deste modo o comportamento de vinculação, Bowlby enfatiza a importante função biológica que lhe atribui – a protecção do perigo (Soares, 1996). Para Bowlby (1969/82), o comportamento de vinculação é concebido como sendo mediado por sistemas comportamentais que se tornam corrigidos por objectivos, ao longo dos primeiros anos de infância, sendo no quadro deste tipo de organização dos sistemas comportamentais que este autor concebe a existência de “modelos internos” (Machado, 1995).

Posteriormente, Bowlby vem a distinguir claramente o que entende por vinculação e por comportamento de vinculação (Soares, 1996). Assim, enquanto o comportamento de vinculação tende a ser reforçado ou enfraquecido por factores situacionais, a vinculação é uma ligação que, uma vez estabelecida, tende a persistir, a ser duradoura, no sentido em que lança pontes sobre o tempo e sobre o espaço (Ainsworth & Wittig, 1969).

Segundo Neves (1995), a distinção conceptual entre “comportamento de vinculação” e “vinculação” é particularmente importante na adolescência, sendo que a vinculação persiste ao longo da existência, embora se expresse comportamentalmente de formas diferentes, consoante a etapa da vida considerada. Assim, na adolescência pode verificar-se, do ponto de vista comportamental, um maior afastamento físico dos pais. O adolescente passa mais tempo fora de casa e fora da relação de proximidade com os pais. No entanto, tais comportamentos devem ser tomados como indicadores da vinculação e não como comportamentos desvinculadores (Fleming, 1993).

2. Modelos internos de vinculação

Um elemento central e actual no estudo da vinculação consiste no facto de o modelo dinâmico que os pais têm da relação de vinculação ser um factor que medeia

a interação que estabelecem com os seus filhos, e de que a interação, por sua vez, se reflecte na qualidade de vinculação das crianças (Bertherton, 1985; Main, Kaplan, & Cassidy, 1985; Veríssimo & Salvaterra, 2006). Bowlby (1973) considerava que os modelos internos possuíam informação importante sobre comportamentos, afectos e expectativas acerca de relações íntimas ao longo da vida. Neste sentido, estes modelos são representações de relações de vinculação passadas e presentes e constituem uma base de dados que pode ser consultada quando novas relações se constroem (Veríssimo & Salvaterra, 2006).

Segundo Bowlby (1973), os modelos internos desenvolvem-se na infância desde o início da terceira fase do desenvolvimento da vinculação – *manutenção da proximidade com uma figura discriminada através da locomoção e de sinais*. É nesta fase (iniciada por volta dos seis/sete meses de idade) que se desenvolvem expectativas e conhecimentos sobre a acessibilidade e responsividade da figura de vinculação, conduzindo ao aparecimento de um modelo primitivo dessa figura (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978).

Os conhecimentos que a criança vai adquirindo acerca das figuras de vinculação, do mundo que a rodeia e de si própria, passam a ser cada vez mais estruturados através de modelos representacionais, com a ajuda dos quais percebe e interpreta os acontecimentos, antecipa o futuro e elabora planos para esse futuro. No seu modelo interno do mundo, um aspecto fundamental é a noção de quem são as suas figuras de vinculação, onde é que se encontram e como é que é esperado que respondam. No modelo interno do *self*, um aspecto essencial é a sua noção sobre se é aceitável ou não perante as suas figuras de vinculação (Bowlby, 1973). Segundo Machado (1995), é com base nestes modelos que o indivíduo antecipa a responsividade e a acessibilidade das figuras de vinculação, e de que depende o seu sentimento de confiança ou incerteza quanto à disponibilidade dessas figuras. A partir dos três anos, as expectativas sobre a disponibilidade ou indisponibilidade ganham cada vez mais importância e, a partir da adolescência tornam-se a variável dominante. Uma vez construídos, os modelos das figuras de vinculação e do *self* em interação tendem a persistir e a operar ao nível inconsciente (Bowlby, 1980).

Assim, de acordo com a Teoria da Vinculação, as experiências emocionais ocorridas na relação com os pais, e muito particularmente na infância, contribuem decisivamente para a construção de modelos representacionais acerca de si próprio e do mundo, que por sua vez orientam, a acção do sujeito em futuras relações de proximidade emocional (Matos & Costa, 2006).

Para Bertherton (1985), os modelos dinâmicos são representações mentais, que incluem componentes afectivos e cognitivos, e que proporcionam ao indivíduo

um conjunto de regras que constituem um sistema regulador para a orientação do comportamento e a avaliação das experiências.

Importa ainda referir que os modelos dinâmicos do *self* e das figuras de vinculação ocorrem em termos de complementaridade e confirmação mútua, sendo que a criança constrói vários modelos dinâmicos, nomeadamente da mãe, do pai e de si própria, em interacção com cada uma das figuras parentais (Bowlby, 1988). Assim, esta formulação mais recente de Bowlby sublinha que o modelo do *self* “comporta” a interacção com a figura parental, parecendo ser possível depreender que Bowlby assume a “relação” como parte integrante do modelo do *self*, ou seja, defende a noção de um modelo de “*self* em relação” (Soares, 1992, p. 125, in Machado, 1995).

Fleming (1993) considera que Steinberg (1983) apresenta o modelo de Bowlby de um modo muito claro, nele explicitando as mudanças ocorridas ao longo da vida de um qualquer indivíduo. Neste sentido, Steinberg considera que o indivíduo deve ter um modelo funcional interno, desenvolvido ao longo do tempo e tendo em conta vários aspectos de ordem afectiva e cognitiva. Assim, por um lado é necessário manter a proximidade com os pais, e a esta necessidade os pais correspondem com um comportamento de cuidados (*care-taking behaviour*); por outro lado, a criança também precisa de explorar o mundo, o que requer um afastamento das figuras parentais, oscilando então entre um comportamento de aproximação e outro de afastamento. Finalmente, “estes quatro componentes do modelo – elaboração dum modelo-do-mundo interno; comportamento de vinculação à procura-de-proximidade (PSAB); comportamento de dar cuidados (CB); comportamento exploratório (E) – arranjam-se entre si num sistema de controlo dinâmico” (Fleming, 1993, p. 54).

Na adolescência os comportamentos de exploração aumentam e diversificam-se bastante, não deixando o adolescente de interagir com os pais. Por outro lado, da interacção com estes o adolescente adquire uma maior capacidade de desenvolvimento dos seus comportamentos de exploração, tendo subjacente um mecanismo de *feed-back*, em que a experiência do meio ambiente e dos fortes laços vinculativos aos pais contribuem determinadamente para a elaboração do modelo interno do mundo. Ou seja, “a(s) figura(s) de vinculação servem então de base segura a partir da qual se parte para a exploração activa do meio ambiente, num balanceamento gradual maturativo entre proximidade e afastamento aos pais e da qualidade dos vínculos primitivos e actuais dependerá a maior ou menor capacidade de autonomização” (Fleming, 1993, p. 55).

Teoricamente, os modelos internos dinâmicos desenvolvidos na infância continuam a ser relevantes, mesmo quando o adolescente estabelece novas relações

(Rodrigues, Figueiredo, Pacheco, Costa, Cabeleira, & Magarinho, 2004). Soares (1996) considera que esta continuidade pode ocorrer pela assimilação das novas relações às expectativas consistentes sobre o modo como o indivíduo representa as suas relações. No entanto, mudanças desenvolvimentais podem implicar transformações ao nível dos modelos internos dinâmicos. Com efeito se, por um lado, a segurança pode facilitar as necessárias acomodações a introduzir nos modelos internos dinâmicos e ser, portanto, compatível com a sua revisão, o estabelecimento de novas relações durante a adolescência pode, por outro lado, constituir uma ocasião significativa para reavaliar vinculações precoces, nomeadamente quando estabelecidas de um modo inseguro.

É ainda importante acrescentar que, embora este aspecto não tenha sido muito estudado, também a maternidade implica a revisão das relações com os pais, sendo por isso, de igual modo, uma oportunidade para revisão e modificação dos modelos internos dinâmicos elaborados na sequência das interações na infância (Rodrigues, Figueiredo, Pacheco, et al., 2004). Neste sentido, Pacheco, Costa e Figueiredo (2003) referem que “durante a gravidez «novas» relações podem estabelecer-se com a figura materna, as quais podem permitir rever os modelos internos dinâmicos elaborados a partir das experiências da infância” (p. 54).

3. Vinculação e desenvolvimento do *self*

Quando tomamos como ponto de partida a organização da vinculação na adolescência, necessariamente fazemos referência ao desenvolvimento do *self*. A investigação tem considerado que uma das tarefas fundamentais da adolescência passa por transformações na relação do adolescente com as figuras parentais (Pipp, Shaver, Jennings, Lamborn, & Fisher, 1985, *in* Neves, 1995), o que não deixa de implicar, em momentos de *stress* ou dificuldade, a sua procura efectiva pelo adolescente (Fleming, 1993). Nesse âmbito, Weiss (1982) constatou que, se por um lado os adolescentes continuam a procurar o apoio parental, também procuram libertar-se da sua vigilância. Entre necessidades de vinculação e de exploração ou autonomia, os pais podem funcionar para o adolescente como “figuras de vinculação na reserva”, que é o mesmo que afirmar que os pais constituem recursos disponíveis para o adolescente quando este é confrontado com situações de *stress*. Além disso, a possibilidade de a relação entre pais-filhos ir no sentido dos pais funcionarem como “figuras de vinculação na reserva” poderá estar relacionada com a qualidade da comunicação familiar, no sentido de esta reflectir o equilíbrio entre a expressão da autonomia ou individualidade e a expressão de ligação (Cooper, Grotevant, & Conton, 1983, *in* Soares, 1996). Acrescente-se, ainda, que o sucesso com que o adolescente (re)negoceia os seus objectivos para a relação pais-filho parece ter

influência na qualidade de relação com os outros, na medida em que o modelo representacional da figura de vinculação constitui uma força significativa no sentido da continuidade da organização das vinculações do adolescente (Kobak, 1985, *in* Soares, 1996).

Relativamente às tarefas inerentes ao adolescente, Jeammet (1990, *in* Gonçalves, 2003) considera importante a necessidade que este sente de se separar dos pais, de modo a tornar-se um “adulto independente e responsável”. Este autor considera a adolescência como o momento da revelação da dependência e dos problemas de desenvolvimento da infância (as dificuldades lactentes). Para se poder separar dos pais, o indivíduo necessita da prévia aquisição de “bases narcísicas suficientemente sólidas” e da “constância do objecto interno”, que devem ser estabelecidas durante a infância, graças à boa qualidade do meio envolvente. A adolescência surge, então, como um momento privilegiado das transformações dos vínculos com as figuras parentais.

A procura de autonomia do adolescente inicia, pois, um processo que ultrapassa a dependência infantil, no sentido da procura de relações extra-familiares (Relvas, 1996; Soares, 1996). Neste processo co-evolutivo, em que toda a estrutura familiar se transforma para possibilitar a continuidade funcional e organizacional do sistema, os filhos procuram a sua autonomia ao experimentarem relações significativas fora da matriz familiar, sem para tal se ‘desvincularem’ dos laços parentais e do suporte por eles fornecido (Relvas, 1996). Na sequência da reestruturação da dinâmica e do sistema familiares, Relvas considera ainda que é necessária uma transformação, com o objectivo de estabelecer um novo padrão funcional e relacional na auto-organização familiar. Tal operação exige flexibilidade em termos de limites e pressupõe continuidade perante os movimentos em busca de autonomia ou manutenção da dependência do elemento adolescente.

Por conseguinte, segundo Alarcão (1987), o processo de separação deve ser perspectivado como uma “epigénese interaccional”, incluindo mútuos movimentos de afastamento, diferenciação e individuação, que operam continuamente a diferentes níveis (físico, emocional, cognitivo e moral), embora de forma mais estrutural, sobretudo, em determinadas fases do desenvolvimento psicológico do indivíduo, designadamente na infância e na adolescência.¹ A mesma autora considera que, pelo facto de exigir tarefas igualmente dolorosas, reactivando vivências anteriores de diferenciação e individuação, implicando uma forte dimensão agressiva, o processo de separação na adolescência exige uma saudável capacidade sintética do Eu individual e familiar, de modo a que, em situações

¹ A este propósito leia-se Pepitone (1980, *in* Alarcão, 1987).

traumáticas como esta, os diferentes elementos possam facilitar a separação, ainda que mantendo o sentimento de pertença. Apenas assim a família cumprirá as suas duas tarefas fundamentais (estabilização e crescimento da personalidade dos pais e produção de crianças autónomas), bem como apenas assim, o próprio adolescente poderá adquirir a sua verdadeira identidade. Além disso, Alarcão (1987) alerta ainda para a existência de uma tensão dialéctica entre progressão e regressão no processo de separação, que apenas se torna patológica quando a última domina.

Allen e Land (1999) salientam que a investigação tende a mostrar que a autonomia adolescente se estabelece mais facilmente, não à custa da vinculação com os pais, a qual é desejável que perdure, mas sim contra o contexto de relações seguras. Colin (1996) explica que enquanto na infância a vinculação é assimétrica, nos adultos (principalmente a partir da adolescência) ela passa a ser recíproca.

Neves (1995) defende que, durante a adolescência, não se verifica uma desvinculação aos pais. Os laços familiares aos pais persistem, embora possam estar particularmente sujeitos a transformações. Segundo esta autora assiste-se, sim, a um alargamento da vinculação a novas relações, o que pressupõe transformações e rearranjos dos modelos internos das relações. Também Correia e Alves (1990) referem a existência, neste período de desenvolvimento, de uma flutuação entre a dependência (protecção) e a independência (autonomia), sendo que só a maturidade adquirida ao longo do processo permitirá, posteriormente, a aceitação da independência, dentro do limite da necessária dependência.

Bowlby (1973) sugere que a auto-confiança e, conseqüentemente, a autonomia, não é tanto “contar consigo próprio” como por vezes os estereótipos culturais sugerem ou certas conceptualizações da autonomia têm veiculado, mas contar com o apoio dos outros para, a partir daí, construir a sua própria autonomia. Deste modo, uma auto-confiança bem fundada não só é compatível com a capacidade para contar com os outros, mas cresce com ela e é complementar dela. A integração na personalidade deste sentimento de confiança e de segurança em si e no outro é fundamental ao longo da vida (Bowlby, 1988). A vinculação é, então, um laço que promove os comportamentos de exploração ou autonomia no adolescente (Soares, 1988, *in* Neves, 1995).

No fundo, pretende-se que, no final da adolescência, o comportamento autónomo esteja associado a um padrão de interacção pais-filhos em que os primeiros exijam dos segundos um comportamento adequado à sua idade, o cumprimento de regras firmes e consistentes e, ao mesmo tempo, encorajem, escutem e possam ocasionalmente ser influenciados pela comunicação dos filhos, mantendo o afecto e a aprovação de forma generosa (Martin, 1975, *in* Gonçalves, 2003). Numa perspectiva desenvolvimental, Soares (2001) afirma que “o sentido de

segurança do *self*, que se reflecte ou espelha nesta capacidade de auto-regulação emocional, envolve um sentido fundamental dos outros como afectuosos e portadores de carinho, do *self* como merecedor de afecto e capaz de gerar afecto e do mundo como seguro mas desafiador. Tudo isto decorre de uma história de cuidados afectuosos dentro da relação de vinculação e do processo, que aí se inscreve, de desenvolvimento da regulação emocional” (p. 100).

4. Padrões de vinculação

Os padrões de vinculação tendem a ser estáveis no tempo, o que contribui para a manutenção do comportamento parental e dos cuidados prestados e, ainda, a resistência à mudança nos modelos representacionais da vinculação que tendem para a auto-perpetuação. Contudo, importa igualmente considerar a possibilidade de mudança nos padrões precoces (Neves, 1995).

Os padrões de vinculação podem ser “seguros” ou “inseguros”, e cada um deles, por sua vez, pode ser evitante ou ambivalente (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978). Acrescente-se ainda que, várias tipologias já foram propostas para a classificação da vinculação no adulto². Não obstante, a classificação geral da vinculação em segura *versus* insegura está sempre presente e, na conceptualização dos diferentes tipos de vinculação insegura, está também sempre presente que as estratégias inseguras de vinculação são diferentes por atingirem pólos extremos de uma mesma dimensão que são: minimizar a expressão da vinculação (estilos evitantes) ou maximizar essa mesma expressão (estilos preocupados/emaranhados) (Bifulco, Figueiredo, Guedeney, Gorman, Hayes, Musik, Glatigny-Dallay, Valoriani, Kammerer, Henshaw, & TCS-PND group, 2004).

Segundo West, Rose, Spreng, Sheldon-Keller e Adam (1998), o sucesso no desenvolvimento de laços com outras figuras é influenciado decisivamente pelos padrões desenvolvidos anteriormente com as figuras parentais.

Se os estudos de Ainsworth e colaboradores (1969, 1978), e as pesquisas longitudinais subsequentes, evidenciaram o papel das relações nas diferenças individuais na organização da vinculação e no desenvolvimento ao longo da infância, a identificação por Main, Kaplan e Cassidy (1985) de padrões de organização mental da vinculação em adultos, análogos aos padrões de organização comportamental na infância, permitiu a exploração empírica da transmissão intergeracional da vinculação, que Bowlby tinha sublinhado ao considerar que a qualidade da vinculação é transmitida ao longo das gerações, não pelos genes, mas pela microcultura familiar. Além disso, Soares (2002, *in* Jongenelen, Soares,

² Cf. no Anexo A, a tipologia relativa à vinculação no adulto proposta por Bifulco, Lillie e Moran (1988).

Grossman, & Martins, 2006) enfatiza, “esta concordância intergeracional, tal como a qualidade da vinculação não é imutável: mudanças normativas e acontecimentos de vida críticos poderão ser geradores de novas dinâmicas relacionais e de reorganizações do comportamento e do pensamento sobre a vinculação, no sentido adaptativo ou inadaptativo” (p. 14).

5. Impacto desenvolvimental da gravidez e/ou maternidade na adolescência

Na generalidade, a gravidez é um importante momento de transição na vida da mulher e proporciona uma oportunidade única de mudança e desenvolvimento. Neste sentido, promove um conjunto significativo de aquisições desenvolvimentais (Figueiredo, Pacheco, Costa, & Magarinho, 2006). Na medida em que estimula a revisão da relação com os pais no passado e no presente, possibilita que a mesma seja representada de uma forma mais coerente e organizada, beneficiando, portanto, a aquisição de segurança ao nível da vinculação (Pacheco, Costa, & Figueiredo, 2003). Contudo, Figueiredo et al. (2006) salientam que, enquanto período de transição, a gravidez implica não só um elevado número de mudanças, como também determina um nível acrescido de *stress* e mal-estar (Geller, 2004, *in* Figueiredo et al., 2006). A mulher tende, por isso, a necessitar mais do apoio e da proximidade dos outros. Consequentemente, o estilo de vinculação é um aspecto que pode interferir na adaptação da mulher nesta nova fase da vida.

No âmbito da maternidade na adolescência, as questões da vinculação assumem contornos específicos. Na perspectiva da vinculação, a adolescência é o tempo de aprendizagem do “tornar-se uma figura de”, mas um tempo em que “ser uma figura vinculada” é ainda vital. É neste cruzamento do “vir a ser” e do “ser” que se inscreve o núcleo da vinculação na adolescência (Soares, 2001, *in* Jongenelen, Soares, Grossman, & Martins, 2006). A maternidade na adolescência poderá ser concebida, em geral, como um acontecimento de vida não normativo, que vai obrigar a uma reorganização pessoal e relacional que garanta novos modos de expressão e de realização, adequados à nova situação (Jongenelen, 1998, *in* Jongenelen, Soares, Grossman, & Martins, 2006). Deste modo, podemos pensar que o que vai acontecer à jovem que engravida e tem um filho é que vai viver uma transição de papéis acelerada: a adolescente é ainda receptora de cuidados (por parte das suas figuras parentais), ao mesmo tempo que se torna numa figura de vinculação para o filho (Jongenelen, 2004, *in* Jongenelen et al., 2006).

A perspectiva desenvolvimental tem vindo a enfatizar que a gravidez na adolescência é uma experiência não normativa porque a adolescente não está suficientemente preparada para responder de forma adequada às tarefas

desenvolvimentais específicas relacionadas com a maternidade. Tal como Figueiredo (2001) refere, “a adolescente não está preparada – do ponto de vista cognitivo, emocional, social, e da identidade – para resolver positivamente as tarefas desenvolvimentais que a maternidade impõe” (p. 222). Também Soares, Marques, Martins, Figueiredo, Jongenelen e Matos (2001) afirmam que, para a adolescente, a ocorrência de uma gravidez constitui um desafio fundamental e exigente, pois “as jovens grávidas enfrentam uma dupla crise desenvolvimental: a «crise da adolescência» e a «crise da gravidez»” (p. 360). Por outro lado, as exigências desenvolvimentais que caracterizam a adolescência não são muitas vezes compatíveis, sendo mesmo por vezes antagónicas, com as exigências desenvolvimentais da maternidade (Rodrigues, Figueiredo, Pacheco, Costa, Cabeleira, & Magarinho, 2004).

É importante salientar que quer as mudanças que se encontram associadas à adolescência, quer aquelas que se referem à maternidade foram já enunciadas por outros autores (e.g., Figueiredo, 2000). Por conseguinte, o problema pode residir no facto de a adolescente ter de enfrentar a resolução de tarefas da maternidade, que obrigam à sua adaptação a inúmeras mudanças, quando ainda se encontra envolvida na resolução das tarefas da adolescência, que obrigam à sua adaptação a tantas outras mudanças, as quais se verificam nos mesmos aspectos (ao nível do corpo, da sua relação com os pais e os pares, da identidade, etc.), mas podem ter funções opostas (Rodrigues, Figueiredo, Pacheco, Costa, Cabeleira, & Magarinho, 2004; Carvalho, Leal, & Sá, 2004; Correia, 1995). Nesse sentido, também Lourenço (1996), num estudo realizado com adolescentes grávidas e não-grávidas, conclui que as grávidas entre os 12 e os 15 anos de idade (inclusive) percebem menor adaptabilidade.

Devido à transição desenvolvimental assíncrona, as grávidas adolescentes estão expostas a maiores dificuldades, são obrigadas a grandes reorganizações internas e na relação com os outros, uma vez que têm que lidar simultaneamente com as tarefas desenvolvimentais típicas da adolescência e com os *stressores* associados à gravidez e às tarefas da maternidade, o que se pode traduzir num desafio excessivo para algumas delas (Figueiredo, 2000; Figueiredo, 2001; Pacheco, Costa, & Figueiredo, 2003).

Ao enfatizarem a gravidez na adolescência, Canavarro e Pereira (2001) exploram um dos aspectos que pode ser conflituoso ao relembrar que, o movimento centrífugo de maior afastamento e autonomização, característico da adolescência, é limitado pela situação de gravidez pois, para além da dependência e responsabilidade por tomar conta do bebé, a adolescente torna-se (ainda) mais dependente do apoio emocional e instrumental da família.

A maternidade na adolescência, embora não impossibilite, limita as possibilidades de desenvolvimento adaptado da mãe e do bebé (Lucker, 1992). Segundo Figueiredo (2000), a investigação empírica tem vindo a mostrar que as mães adolescentes, em relação às adolescentes que não são mães, estão particularmente em risco de abandono escolar precoce, perda de oportunidades de emprego, dificuldades económicas, monoparentalidade e divórcio.

Apesar disso, os autores têm vindo cada vez mais a alertar que olhar para o grupo das mães adolescentes como um grupo homogéneo de mães em risco (i.e., sem ter em conta a influência de outros factores como a raça, o estatuto marital e o nível socioeconómico da família) traduz uma visão reducionista do problema, uma vez que os efeitos da idade da mãe podem ser claramente atenuados ou aumentados na ausência de outras variáveis (Barratt & Roach, 1995). Com efeito, nem todos os estudos revelam um maior número de dificuldades psicológicas em grávidas adolescentes, quando comparadas com grávidas adultas que vivem nas mesmas condições sociais e económicas (e.g., Landy, Schubert, Clealand, Clark, & Montgomery, 1983; Brooks-Gunn et al., 1988, *in* Figueiredo, 2000).

Existem estudos que mostram que as mães adolescentes com determinadas características individuais (e.g., vinculação segura, recursos psicológicos, conhecimentos e expectativas realistas a respeito da maternidade e do bebé) estão capazes de lidar positivamente com o desafio de a gravidez ocorrer na adolescência. Estas mães foram consideradas resilientes³ e as características atrás enumeradas contribuem para o facto de terem lidado positivamente com a circunstância da gravidez ocorrer na adolescência (Figueiredo, 2000). Esta última autora refere outros estudos (e. g., Funstenberg, 1986; Osofsky, 1991; Apfel & Seitz, 1991; Colleta, 1991; Crockenberg, 1981; Leadbeater & Bishop, 1994) que apontam para o suporte social, enquanto fonte de benefícios para a mãe, salientando, contudo, que também é verdade que o suporte social pode ser fonte ou resultado de dificuldades (tais como, a presença de conflitos ou de confusão de papéis).

Osofsky (1997) foi um dos autores a chamar à atenção que uma análise efectiva entre o risco e a resiliência obriga a ter igualmente em conta os factores protectores, o que permitiria obter uma melhor compreensão dos efeitos desenvolvimentais, quando a maternidade ocorre na adolescência, quer no que se refere à mãe quer ao bebé. Neste sentido, também Furstenberg, Brooks-Gunn e

³ Neste âmbito, torna-se pertinente considerarmos a definição do conceito de “resiliência” proposta por Alarcão (2000), enquanto “capacidade dos indivíduos e das famílias que lhes permite fazer face, espontaneamente, às dificuldades com que se deparam”. Além disso, “o conceito de resiliência liga vulnerabilidade e poder regenerativo dado que envolve a capacidade do sistema para minimizar o impacto disruptivo de uma situação *stressante*, através de tentativas feitas no sentido de influenciar as solicitações e desenvolver recursos para fazer-lhes frente” (p. 353).

Worgan (1987, *in* Figueiredo, 2000) encontraram um pequeno grupo de crianças de mães adolescentes que, apesar do risco, conseguiam manter um desenvolvimento em níveis adaptados. Concluíram que não é válida a concepção de que falhar é inevitável, observando, igualmente, que algumas variáveis contribuíam significativamente para essa ocorrência: 1) o facto de a mãe continuar a estudar (o que aumentava as suas oportunidades de emprego e possibilitava um nível socioeconómico mais favorável; 2) a presença de um número reduzido de filhos; 3) o casamento, antes ou depois do nascimento do bebé (o que aumentava as oportunidades económicas e de suporte social da mãe). Estas variáveis poderão consequentemente ser consideradas, como factores protectores de desenvolvimento adequado na criança da mãe adolescente.

O suporte social tem mostrado ser um factor protector muito eficaz numa série de estudos que analisam a interferência de diversas situações de risco, admitindo-se, por isso, que possa minorar os efeitos adversos da maternidade na adolescência, no desenvolvimento tanto da mãe como do bebé (Figueiredo, 2000). Neste sentido, o “postulado da competência” proposto por Ausloos (1996), assente na ideia de que “uma família só se pode colocar problemas que seja capaz de resolver” (p. 29), ganha relevância quando antes de termos em conta as suas faltas, pretendemos antes de mais sublinhar o seu carácter competente relativamente às tarefas que tem a seu cargo, operando de modo auto-organizado. Por conseguinte, ganha significado a ideia de que embora se possa considerar que a adolescência não é a melhor altura para uma mulher ser mãe, a maternidade na adolescência não pode ser vista como uma condição homogénea, sem que se tenha em atenção o contexto social e cultural em que ocorre (Bernardi, Schwartzman, Canetti, Cerutti, Trenchi, & Rosenberg, 1992). A importância de considerar o contexto social e cultural no qual a maternidade na adolescência ocorre, quando se pretende avaliar o impacto adverso que esta circunstância pode ter na trajectória de desenvolvimento da criança e da mãe, tem sido mais recentemente apontada (e.g., Barratt & Roach, 1995).

Um dos aspectos a avaliar quando se contabiliza a vivência psicológica, as dificuldades e as consequências adversas da maternidade na adolescência, consiste em verificar se a maternidade antes da idade adulta é uma experiência normativa, tendo em conta as normas sócio-culturais (aceitação e desejabilidade social) da comunidade em estudo, uma vez que em determinadas comunidades – como seja, no nosso país, na comunidade cabo-verdiana e na cigana – é um acontecimento apoiado socialmente e valorizado culturalmente (Cordeiro, 1987; Fonseca & Lourenço, 1993).

Refira-se também que se, por um lado, a presença de uma vinculação segura parece beneficiar a adaptação à maternidade, nomeadamente quando se verifica em

situações de risco, como no caso da maternidade na adolescência (Pacheco, Costa, & Figueiredo, 2003), a questão consiste também em saber até que ponto e sob que circunstâncias a maternidade pode possibilitar uma adequada revisão das relações com os pais durante a infância, no sentido de as mesmas serem representadas de uma forma mais coerente e organizada, logo mais segura (Rodrigues, Figueiredo, Pacheco, Costa, Cabeleira, & Magarinho, 2004).

6. Vinculação materna ao bebé

Quando procuramos abordar a questão da vinculação materna, o termo *bonding*⁴ é frequentemente referido, traduzindo a “relação única, específica e duradoura que se forma entre a mãe e o bebé” (Figueiredo, 2003; Figueiredo, 2005; Figueiredo, Costa, Marques, Pacheco, & Pais, 2005a; Figueiredo, Costa, Marques, Pacheco, & Pais, 2005b).

Segundo George e Solomon (1999), o sistema de vinculação materna desenvolve-se numa interacção constante com o sistema de vinculação do bebé e tem a mesma função adaptativa: proporcionar a protecção e sobrevivência do bebé⁵. Estes autores defendem que no estabelecimento da vinculação da mãe ao bebé interferem numerosas dimensões, de cariz biológico, psicológico e sócio-cultural, que dizem particularmente respeito à gravidez, ao parto e ao pós-parto imediato. Neste sentido, torna-se pertinente citar Brazelton e Cramer (2004), quando afirmam que “as forças, biológicas e ambientais, que levam homens e mulheres a desejarem ter filhos e as fantasias nascidas desse desejo, podem, encarar-se como a pré-história da vinculação. Depois, durante a gravidez e os nove meses de adaptação, física e psíquica, ao feto em desenvolvimento, há uma sucessão de fases que podem descrever-se como o alvorecer da vinculação” (p. 17).

Também Winnicott (1975, *in* Bayle, 2006), enfatiza o papel desempenhado pela mãe, enquanto suporte que vai permitir o melhor desenvolvimento das potencialidades inatas. Assim, Winnicott considera que a mãe pode ser equiparada a um “eu auxiliar”, uma “continuidade do próprio bebé”, protegendo-o da experiência de ameaça da sua integridade física e psíquica, até ao momento em que consegue integrar as suas capacidades.

É ainda dada uma ênfase especial à relação mãe-bebé, quando tomamos em consideração a noção de “falha básica” introduzida por Balint (1993, *in* Bayle,

⁴ A introdução deste termo foi realizada por Klaus e Kennell (1976).

⁵ Neste âmbito, torna-se pertinente atender ao facto da comparação dos conceitos de vinculação e “bonding” (ligação materna) implicar a distinção dos mesmos quanto à ideia que se encontra subjacente a cada um deles, diferenciando-se ainda que, de uma forma complementar. Neste sentido, os termos “bonding” e vinculação apontam em sentidos diferentes para a relação díade mãe-filho, uma vez que enquanto a ligação diz respeito à relação da mãe para com o bebé, a vinculação enfatiza a relação deste para com a mãe (Soares, 1996).

2006), enquanto falta de algo que deveria ter sido fornecido na infância e trará sequelas na vida adulta. São apontadas duas causas para esta falha básica: biológicas (deficiência) e psicológicas (conducentes a desajustes). Neste sentido, Balint faz ainda referência às relações entre o “bebé e o meio ambiente” que começaram já na gravidez.

Stern, Brunschweiler-Stern e Freeland (2000, *in* Bayle, 2006) definem três padrões de vinculação durante a gravidez, designadamente: “vinculação evitante”, “vinculação ambivalente” e “vinculação segura”⁶.

Segundo Sá e Dias (2004), “um dos aspectos mais surpreendentes, através do qual surge a vinculação mãe-feto, é o diálogo emocional que se estabelece entre os dois”. Neste sentido, algumas mães falam sobre uma maneira especial de comunicar-se com o bebé dentro da barriga, sendo que, num estado tranquilo de *rêverie*, elas visualizam o futuro bebé, enviam-lhe mensagens, fazem-lhe perguntas ou, às vezes, sentem alguma resposta do bebé (Klaus & Klaus, 2001, *in* Sá & Dias, 2004). Daí que estes autores defendam que a mãe e o bebé estejam envolvidos num diálogo muito antes dele nascer. Assim, “a comunicação entre a mãe e o feto é-lhe fundamental, na medida em que desta pode depender o modo como se estabelecerá a sua primeira relação com o mundo, aquando do nascimento (e, também, posteriormente)” (Sá & Dias, 2004).

Importa ainda referir que a disponibilidade afectiva da mãe é essencial para a ocorrência do desenvolvimento psico-afectivo do indivíduo, “de célula a feto, de feto a bebé e de bebé a criança” (Wilheim, 2002, *in* Sá & Dias, 2004, p. 108). Devemos atender também ao facto de os progressos tecnológicos (ecografias) serem vistos como meios auxiliares para o estabelecimento desta relação, sendo que a partir daqui “o bebé passou a fazer parte da vida mãe ou, idealmente da vida dos pais, muito antes de nascer” (Sá & Dias, 2004, p. 108).

Actualmente, temos fortes indicações para pensar que a ligação afectiva da mãe ao bebé se estabelece de um modo relativamente gradual, a partir daquilo que se verifica durante a gravidez, além de outros aspectos (por exemplo, parto e pós-parto). Neste sentido, Figueiredo (2003) cita o estudo de MacFarlane (1979), no qual se verificou que 41% das mães estudadas sentiram já durante a gravidez uma afeição especial pelo bebé. Figueiredo (2003) refere ainda o estudo levado a cabo por Robson (1967) que verificou, contudo, que o envolvimento emocional da mãe com o bebé está ausente em determinadas situações, como seja no caso de a mãe não ter

⁶ “Vinculação evitante, em que a mulher informa o mais tarde possível do seu estado, tentando distanciar-se da sua história pessoal; Vinculação ambivalente, em que a mulher vive a pleno a sua gravidez, mas mantém-se, no entanto, muito próxima da sua mãe; Vinculação segura, aquela onde a mulher investe a relação com a mãe e o seu filho, diferenciando a sua posição de filha e de mãe para investir uma nova identidade” (Stern, Brunschweiler-Stern & Freeland, 2000, *in* Bayle, 2006, p. 123).

desejado o bebé. Figueiredo (2003) assinala ainda outras investigações realizadas em torno da vinculação materna, nas quais se mostra que, de acordo com as práticas que são definidas pela instituição, quanto mais a mãe está envolvida e participa nas decisões relativas ao parto, assim como nos cuidados a prestar ao bebé logo a seguir ao parto, maior é a sua satisfação e o seu envolvimento emocional com o bebé (e.g., DeVries et al., 1983; Kennell et al., 1975; Gomes, 1982; Windstrom et al., 1990, *in* Figueiredo, 2003). Enquanto isso, a presença de sentimentos ambivalentes para com o bebé (nomeadamente, o desagrado para com algum aspecto, como, por exemplo, com o sexo do bebé) parece enterrar o estabelecimento da ligação afectiva da mãe ao bebé (Carek & Cappeli, 1981, *in* Figueiredo, 2003).

Algumas investigações também mostraram que o *bonding* materno depende de dimensões hormonais (e.g., Fleming et al., 1999; Fleming et al., 1997; Numan & Sheehan, 1997; Rosenblatt, 1980; Rosenblatt et al., 1998; Taylor et al., *in press*, *in* Figueiredo, 2003). Deste modo, à semelhança do que se verifica em outras espécies animais, estudos recentes conduzidos com humanos mostram que as hormonas (entre as quais, a prolactina e a ocitocina) têm um papel relevante (embora não exclusivo) em importantes dimensões do comportamento materno, designadamente, na acuidade sensorial, na tranquilidade emocional e na procura de proximidade com o bebé que, conseqüentemente, facilitam o “bonding” (Figueiredo, 2005).

7. Estilo de vinculação e qualidade de relação com o bebé

O estilo de vinculação da mãe pode ser visto como um dos possíveis recursos psicológicos (resiliência) que pode influenciar os cuidados prestados ao bebé (Pacheco, Costa, & Figueiredo, 2003). Neste sentido, vários estudos têm mostrado como a qualidade da vinculação (segura *versus* insegura) interfere no comportamento e bem-estar dos indivíduos, em diversos momentos e vários domínios da sua trajectória desenvolvimental e existencial. Tem-se verificado que o estilo de vinculação de cada pessoa marca o modo como ela constrói e dinamiza as suas relações com os outros. Assim, segundo os autores acima referidos, a relação que uma mãe estabelece com o seu filho está dependente do modo como ela mesma representa a sua relação passada com os pais e traduz-se no tipo e na qualidade de cuidados que proporciona ao bebé.

Dado que a relação entre a vinculação da mãe e os cuidados prestados ao bebé não é linear, torna-se importante considerarmos dois factores mediadores que a investigação empírica tem vindo a salientar: o suporte social e o bem-estar psicológico. Em mães adolescentes, o suporte social tem sido o factor mais estudado na adaptação à gravidez (Pacheco, Costa, & Figueiredo, 2003). Quando a mãe tem uma rede de suporte instrumental e emocional mais adequada (o que não significa

excessiva), verifica-se, geralmente, uma melhor qualidade da relação e dos cuidados prestados ao bebé (Black & DeBlassie, 1985, *in* Pacheco et al., 2003)

Em 2003, Pacheco e colaboradores realizaram um estudo com 20 mães adolescentes, tendo por objectivo estimar o impacto do estilo de vinculação destas mães na qualidade do seu relacionamento actual com a mãe, com o companheiro, com o terapeuta e com o bebé. Nesse estudo, verificaram-se diferenças significativas entre mães com estilo seguro e mães com estilo inseguro, que espelham formas de relacionamento qualitativamente diversas. Assim, as mães adolescentes com estilos inseguros de vinculação, quando comparadas com mães adolescentes com estilo seguro de vinculação, evidenciaram pior relacionamento interpessoal, quer com a sua própria mãe (menos confiança, menos actividades partilhadas, menos interacção positiva), quer com o companheiro, assim como pior aliança com o terapeuta, relatando ainda maior indiferença, neutralidade e globalmente menos afectos positivos para com o bebé (Pacheco et al., 2003; Rodrigues, Figueiredo, Pacheco, Costa, Cabeleira, & Magarinho, 2004). Estes dados dão fundamento empírico ao facto de o estilo de vinculação da mãe se manifestar na relação que ela estabelece com o seu filho. Com base neste mesmo estudo, os investigadores acabam por concluir que a qualidade de relacionamento com as figuras de suporte, a qualidade de relação com o terapeuta e o nível de sintomatologia psicopatológica, são elementos importantes na compreensão da mudança do estilo de vinculação das adolescentes. E como tal, são considerados fundamentais para a previsão da qualidade de cuidados prestados ao bebé e do desenvolvimento da vinculação no bebé (transmissão intergeracional) (Pacheco et al., 2003). Contudo, estes investigadores alertam para a generalização cuidadosa que deve ser feita dos dados obtidos, atendendo a algumas limitações do estudo (por exemplo, o número de sujeitos da amostra).

Além disso, Canavarro (1999) interessada em “conhecer os efeitos das relações afectivas estabelecidas durante a infância nas relações estabelecidas posteriormente (...)” (p. 288), encontrou que é sobretudo por via do suporte emocional prestado pelas figuras parentais na infância e na adolescência que as relações afectivas influenciam as relações afectivas subsequentes. No seu estudo empírico, salienta ainda que a rejeição e a sobreprotecção exercidas pelas figuras parentais não se associam significativamente às dimensões de vinculação do adulto consideradas, ao contrário do que é sugerido na literatura. Esta última autora apresenta também um resumo das diferenças significativas entre os antecedentes relacionais dos adultos que apresentam diferentes padrões de vinculação na idade adulta: adultos classificados com vinculação segura, descrevem as suas figuras de vinculação na infância como tendo sido carinhosas, disponíveis, atentas e capazes de

responder às suas necessidades; adultos classificados com vinculação insegura/ansiosa, referem-nas como carinhosas e protectoras, a maior parte do tempo, mas também como inacessíveis, intrusivas e inconsistentes; adultos classificados com vinculação insegura/evitante, relembram-nas como menos protectoras e carinhosas, menos envolvidas e mais rejeitantes; por último, adultos classificados com vinculação insegura/desligada, recordam-nas como bons pais, mas não conseguem dar exemplos específicos que apoiem a generalização feita.

Para Sroufe (1988), o poder preditivo das relações de vinculação deve-se ao facto de abrangerem outras esferas de relação que não apenas as parentais. Neste sentido, o conceito de “*working model*” (modelo interno dinâmico) é fundamental para compreender as conexões entre experiências passadas e desenvolvimento futuro. Tal como refere Canavarro (1999), “(...) ao longo do desenvolvimento, a participação em novas relações é uma oportunidade para reestruturar *working-models* sobre si próprio e sobre os outros” (p. 311).

Segundo Figueiredo (2003), as mães que têm uma representação segura da vinculação são capazes não só de um maior envolvimento emocional com o bebé como, ainda, de estabelecer interacções mais adequadas com ele. Tal como prevê a Teoria da Vinculação, o estilo de vinculação é um elemento relevante na adaptação do indivíduo à realidade, em particular quando são maiores as exigências desenvolvimentais e/ou o sistema de vinculação é activado, por isso, presumivelmente mais determinante na transição para a parentalidade (Figueiredo, Pacheco, Costa, & Magarinho, 2006).

Conhecer o modo como as relações de vinculação afectam as mães e/ou grávidas adolescentes e o modo como estas se envolvem emocionalmente com um novo ser, constitui, para nós, um tema central do desenvolvimento humano. Neste sentido, e tendo por base a revisão da literatura efectuada, passamos a apresentar, seguidamente, o estudo empírico por nós realizado.

II – Objectivos

1. Definição do problema e objectivos

A temática da gravidez/maternidade na adolescência constitui, do nosso ponto de vista, uma área que progressivamente tem vindo a ser alvo de maior interesse pelas ciências psicológicas, ainda que dada a complexidade dos fenómenos e da grande diversidade de variáveis em jogo, se assista a diferentes enfoques levados a cabo pelos estudos produzidos até ao momento. Tomando em consideração estes aspectos, propusemo-nos a estudar a problemática da vinculação, particularmente, nas situações de gravidez e/ou maternidade na adolescência,

ênfatizando a percepção das relações de vinculação das grávidas/mães adolescentes relativamente aos pais e também o envolvimento emocional das mesmas com o bebé (“bonding”).

Por conseguinte, um dos principais objectivos do nosso estudo consiste na análise compreensiva de um grupo de adolescentes do sexo feminino, grávidas e/ou mães, clarificando o modo como percebem as relações de vinculação com cada um dos seus progenitores (mãe e pai), bem como a forma como se encontram envolvidas emocionalmente com o bebé. Neste sentido, pretendemos investigar a eventual existência de relação entre o *Bonding* e a percepção que as grávidas e/ou mães adolescentes possuem acerca das relações de vinculação com os pais.

Paralelamente ao objectivo enunciado anteriormente, procuramos ainda investigar a eventual influência de algumas variáveis sociodemográficas e outras de natureza diversa no *Bonding* e na percepção das relações de vinculação com os pais.

2. Modelo conceptual

Apresentamos, neste ponto, aquele que pode ser um modelo hipotético de relação entre as variáveis do nosso estudo empírico, realizado com grávidas e/ou mães adolescentes (cf. Figura 1).

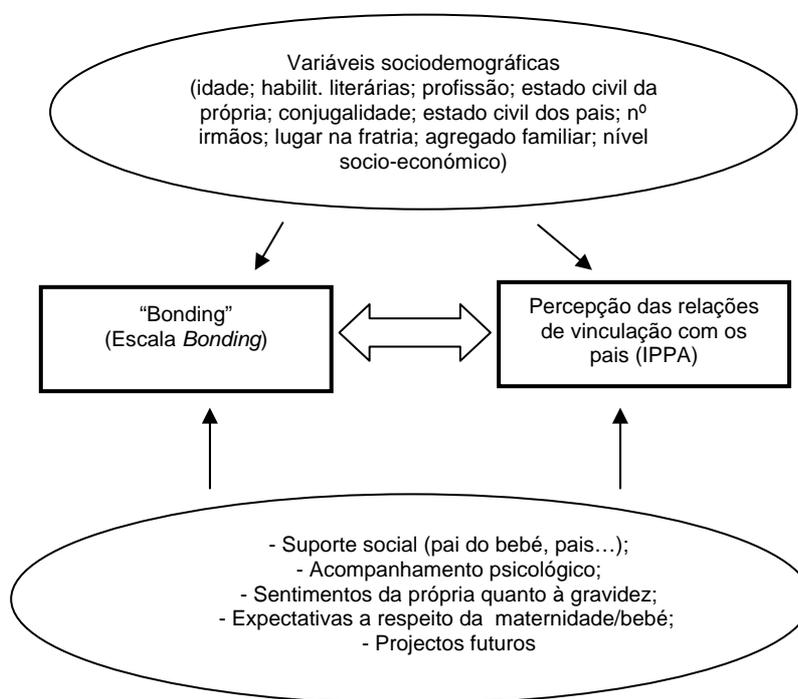


Figura 1. Modelo conceptual das relações entre as variáveis do estudo empírico.

III – Metodologia

Estamos perante um estudo não-experimental (ou correlacional)⁷ e transversal, na medida em que se pretende observar as características que os sujeitos naturalmente manifestam, sem tentar mudar alguma coisa, “vendo-os tal como eles são”. Na presença de um modelo conceptual de carácter hipotético, desejávamos saber da existência, ou não, de uma padrão configurativo da vinculação na amostra de sujeitos recolhida (grávidas e/ou mães adolescentes) quer relativamente aos pais, quer em relação ao bebé. O conhecimento a partir daí produzido permitiria a obtenção de dados esclarecedores e, simultaneamente, delineadores de eventuais práticas/projectos não apenas preventivos, mas também interventivos, ao nível clínico.

1. Instrumentos

A recolha de dados realizou-se através do auto-preenchimento por parte dos sujeitos e/ou pela realização de entrevistas individuais e estruturadas (quando estes manifestavam preferência na realização da mesma), tendo por base três instrumentos de pesquisa: um questionário por nós adaptado, tendo como fonte o estudo empírico desenvolvido por Lourenço (1996), a escala *Bonding*, versão portuguesa alargada do *Mother- -Baby Bonding Questionnaire* de Taylor, Adams, Doré, Kumar e Glover (*in press*, in Figueiredo, Costa, Marques, Pacheco, & Pais, 2005a, 2005b), desenvolvida por Figueiredo, Marques, Costa, Pacheco e Pais (*in press*) e, ainda, o Inventário da Vinculação na Adolescência (IPPA – *Inventory of Parent and Peer Attachment*) uma versão revista realizada por Armsden (1987), tendo sido, posteriormente, traduzida e adaptada por Neves (1995).

O protocolo, por nós utilizado, seguiu a mesma ordem da breve apresentação dos instrumentos enunciada no parágrafo anterior.

1.1. Questionário

Tendo por base os objectivos do nosso estudo, seleccionámos e adaptámos o questionário (cf. Anexo B) construído e utilizado por Lourenço (1996) num estudo empírico realizado junto de uma amostra de sujeitos constituída por dois sub-grupos (adolescentes grávidas pela primeira vez e adolescentes sem história de gravidez).

⁷ Tal como refere Alferes (1997), “(...) consideremos as situações em que um investigador quer conhecer a relação existente entre duas ou mais variáveis, mas não pode manipular as presumíveis VIs (ou porque são variáveis orgânicas ou por qualquer razão de ordem ética ou técnica o impede). Neste caso, quaisquer que sejam os métodos de recolha e análise dos dados, estamos perante uma investigação não experimental ou correlacional. (...) também não há distribuição aleatória (completa ou restrita) dos sujeitos pelas condições experimentais, uma vez que são os níveis a que se manifestam naturalmente os atributos individuais que servem de critério para o estabelecimento de grupos diferenciados” (p. 70).

Conscientes do facto de muitos dos aspectos pesquisados neste questionário apresentarem uma grande utilidade para o nosso estudo, seleccionámos as questões que do ponto de vista psicossocial se mostraram pertinentes, tendo em conta os aspectos-alvo que nos propusemos a estudar, e que nos permitissem, desse modo, obter informação relevante com vista a uma caracterização adequada da amostra de adolescentes em questão (grávidas e mães).

Além disso, outro dos motivos que orientou a utilização do questionário remete para a pesquisa de factores que, habitualmente, são referidos como interferentes e/ou explicativos da gravidez e/ou maternidade na adolescência e que, directa ou indirectamente, poderão auxiliar na clarificação de determinados padrões/estilos de vinculação da grávida/mãe adolescente, quer relativamente aos seus pais, quer em relação ao seu bebé. O questionário, então adaptado, passou a ser constituído por 29 questões distribuídas por três partes a investigar: identificação sociodemográfica [designada por Parte I, comporta as cinco primeiras questões que investigam a idade da adolescente, as suas habilitações literárias, profissão, estado civil (1), idade, habilitações literárias, profissão e estado civil dos pais (averiguando se ocorreu morte dos mesmos e/ou recasamento) (2) e dos irmãos (com excepção para a morte e recasamento) (3), local de residência (4) e a composição do agregado familiar (5)]; escolaridade e situação profissional [designada por Parte II, que começa por investigar a actual frequência (ou não) da escola, avaliando-se igualmente, no caso daquelas que já interromperam a sua escolaridade, o momento em que o fizeram (6), o aproveitamento escolar traduzido na existência (ou não) de um determinado número de reprovações (7), e a existência (ou não) de algum emprego, bem como a partir de que momento (no caso de se verificar existência de emprego) (8)]; e finalmente, sexualidade e gravidez [correspondente à Parte III, sendo que as primeiras questões averiguam a idade de início da vida sexual (9), o conhecimento de métodos contraceptivos (10) e origem do mesmo (11), da utilização (ou não) desses métodos (12), a presença de uma primeira gravidez (13), o momento da gestação em que se encontra (14)⁸, a existência (ou não) de planeamento (15), e a forma de aceitação (“positiva” ou “negativa”) da gravidez (16). Seguidamente, a questão 17 procurava averiguar se foi colocada, pela própria, a hipótese de interrupção voluntária da gravidez. Nas questões seguintes procuramos definir a atitude face à gravidez em curso (ou no caso das mães adolescentes na gravidez passada), de figuras significativas para a adolescente: pai do bebé (20) (sendo também pesquisada a idade deste na questão 19), pai e mãe da própria (21, 22). O questionário prossegue ainda com a avaliação dos sentimentos da adolescente

⁸ Dada a natureza desta questão, a mesma apenas foi alvo de resposta por parte das adolescentes grávidas.

perante a sua gravidez (no caso das mães adolescentes, a questão é remetida para a gravidez passada) (23), da presença/ausência de problemas médicos durante a gravidez (24), e da companhia desejada para o parto (25). A expectativa de mudança face ao nascimento do filho (26), os projectos de futuro (imediato) para o mesmo (no que se refere a ficar com o bebé, entregá-lo a alguém ou outro) (27) e os projectos de futuro para si própria (relativamente à sua escolaridade, profissão, casamento e futuras maternidades) (28), são as penúltimas questões a serem abordadas. O questionário termina com uma questão que se prende com a existência (ou não) de apoio psicológico disponibilizado junto da grávida/mãe adolescente (29)].

1.2. Escala *Bonding*

A escala *Bonding* é o instrumento de medida utilizado, neste estudo, com vista a avaliar o envolvimento emocional da grávida/mãe adolescente com o bebé (cf. Anexo C).

Em termos gerais, esta escala destina-se a avaliar o envolvimento dos pais com o bebé. No nosso estudo utilizámos a versão portuguesa alargada do *Mother-Baby Bonding Questionnaire* (Taylor, Adams, Doré, Kumar & Glover, *in press*, in Figueiredo, Costa, Marques, Pacheco, & Pais, 2005a, 2005b).

A versão original do instrumento foi sujeita a um processo de tradução e retroversão, não tendo surgido divergência em nenhum dos itens.

Deste modo surge a escala *Bonding*, constituída por 12 itens de auto-relato, cada um dos quais, conforme na versão original, mede a presença e a intensidade de uma determinada emoção na relação dos pais com o bebé, segundo uma escala tipo *Lickert* de 4 pontos (tal como na versão original) que varia entre 0 e 3 (Figueiredo, Costa, Marques, Pacheco, & Pais, 2005a).

A Análise Hierárquica de *Clusters* indica que os itens da escala *Bonding* são susceptíveis de se organizarem satisfatoriamente em três sub-escalas: a sub-escala “*Bonding Positivo*”, constituída por três itens (“*Afectuoso*”, “*Protector*” e “*Alegre*”), mede o envolvimento emocional positivo dos pais com o bebé; a sub-escala “*Bonding Negativo*”, constituída por 6 itens (“*Desiludido*”, “*Ressentido*”, “*Desgostoso*”, “*Zangado*”, “*Agressivo*” e “*Triste*”), avalia o envolvimento emocional negativo dos pais com o bebé; a sub-escala “*Bonding not Clear*”, constituída por 3 itens (“*Neutro*”, “*Possessivo*” e “*Medroso*”), sinaliza a presença de emoções não claramente relacionadas com o envolvimento emocional, indicando ainda a ausência ou confusão no envolvimento emocional dos pais para com o bebé (Figueiredo, Costa, Marques, Pacheco, & Pais, 2005a).

Os itens são pontuados no sentido em que quanto mais presente a emoção

em causa mais elevado é o resultado, assim como o resultado das sub-escalas, que corresponde à soma da pontuação obtida nos itens respectivos, é tanto mais elevado quanto mais presente a dimensão que avalia. As pontuações das escalas “Bonding negativo” e “Bonding not Clear” são subtraídas à pontuação da sub-escala “Bonding Positivo”, de modo a dar significado ao valor da cotação da escala *Bonding*, em termos da sua pontuação total ser tanto mais elevada quanto melhor o “bonding” dos pais para com o bebé. Especificamente, aquilo que se pede aos pais é que descrevam o modo como se sentem em relação ao bebé, num momento em que os seus sentimentos estiveram mais presentes (Figueiredo, Costa, Marques, Pacheco, & Pais, 2005a).

Na amostra de validação, a nova versão de 12 itens foi administrada entre o 2º e o 3º dia após o parto, a 456 sujeitos (315 mães e 141 pais), dos quais 151 mães tinham sido avaliadas nas primeiras 24 horas pós-parto (Figueiredo, Costa, Marques, Pacheco, & Pais, 2005a).

O estudo psicométrico deste instrumento realizado por Figueiredo, Costa, Marques, Pacheco, & Pais (2005a) revelou índices razoáveis de consistência interna (com um *alpha de Cronbach* de 0.4471 e um Coeficiente de Bipartição de 0.5256) e de fidelidade teste-reteste (com um Coeficiente de Correlação de *Spearman* de 0.491). Neste sentido, a escala *Bonding* revela ser um instrumento moderadamente robusto.

Tratando-se do primeiro instrumento validado para a população portuguesa, a escala *Bonding* apresenta, segundo Figueiredo, Costa, Marques, Pacheco, & Pais (2005a), a vantagem de ser uma escala bem aceite pelos pais, de administração fácil e rápida, não interferindo com as rotinas habituais do período que se segue ao parto⁹.

1.3. Inventário da Vinculação na Adolescência (IPPA)

O Inventário da Vinculação na Adolescência é uma versão Portuguesa adaptada do *Inventory of Parent and Peer Attachment* (IPPA), uma versão revista de Armsden e Greenberg (1987), (cf. Anexo D). Este instrumento visa a avaliação da percepção do adolescente relativamente às relações de vinculação, incluindo-se aqui a avaliação da qualidade de vinculação do adolescente, nomeadamente, as dimensões comportamentais, cognitivas e afectivas das relações actuais do adolescente com as suas figuras de vinculação: a mãe, o pai e os amigos (Neves, 1995; Neves, Soares, & Silva, 1999).

O Inventory of Adolescent Attachments (IAA) (Greenberg, 1982, in Neves,

⁹ Apesar desta vantagem, foi-nos relatada por um dos autores responsáveis pela validação da escala *Bonding* (Prof.^a Doutora Bárbara Figueiredo) a frequente utilização deste instrumento junto de grávidas (informação obtida através de uma comunicação pessoal).

1995) constitui a versão inicial deste instrumento, tendo sido elaborada para avaliar a qualidade afectiva das relações do adolescente com os pais e com os amigos, bem como a frequência da procura de proximidade de indivíduos significativos, em situações de *stress* (Greenberg, Siegel, & Leitch, 1983).

Posteriormente, foi construída uma segunda versão do instrumento, de modo a cobrir de uma forma mais compreensiva os pressupostos teóricos de Bowlby¹⁰. Desta forma, surgiu o *Inventory of Parent and Peer Attachment* (IPPA), elaborado por Armsden e Greenberg (1987).

O conteúdo dos itens baseia-se no quadro teórico de Bowlby (e.g., itens com um conteúdo familiar óbvio ou que remetem para sentimentos de alienação geral). Ao completar o inventário, o adolescente deve indicar a frequência que considera mais verdadeira naquele momento para cada uma das afirmações que compõem os itens das escalas pais e amigos, segundo uma escala tipo *Lickert* de 5 pontos. As duas respostas extremas são cotadas com 1 ou 5, dependendo do sentido em que o item está reformulado, positiva ou negativamente.

Ao proceder-se a uma análise factorial mediante a utilização de rotação *varimax*, evidenciou-se a pertinência em separar os itens que avaliam a vinculação aos pais daqueles que avaliam a vinculação aos amigos. Assim, tanto na escala pais como na escala amigos emergiram três factores¹¹, com uma contribuição para a variância total de 92% e 84%, respectivamente.

A escala pais ficou com um total de 28 itens, distribuídos por três sub-escalas: Confiança (10 itens), Comunicação (10 itens) e Alienação (8 itens). Por sua vez, a escala amigos ficou com um total de 25 itens distribuídos, igualmente, por três sub-escalas: Confiança (10 itens), Comunicação (8 itens) e Alienação (7 itens).

Os valores de consistência interna (índice de *Cronbach*) nas sub-escalas referentes aos pais, na Confiança, Comunicação e Alienação, foram, respectivamente, 0.91, 0.91 e 0.86; nas sub-escalas relativas aos amigos foram, respectivamente, 0.91, 0.87 e 0.72. Quanto à fidelidade teste-reteste, os valores foram 0.93 para a vinculação aos pais e 0.86 para a vinculação aos amigos.

A validade convergente deste instrumento revelou correlações moderadas e altas entre os resultados da qualidade de vinculação aos pais e aos amigos e indicadores do clima familiar, do auto-conceito familiar e social e da frequência da

¹⁰ Este aspecto foi um dos que motivou a escolha deste instrumento para o nosso estudo.

¹¹ Na escala “pais” o Factor 1 englobou itens que envolvem temas de compreensão parental, respeito e confiança mútua. O Factor 2 correspondeu à extensão e qualidade da comunicação verbal com os pais. O Factor 3 expressou sentimentos de alienação e isolamento. Na escala “amigos”, o conteúdo do Factor 1 engloba temas como a confiança e respeito mútuos. O Factor 2 avalia a qualidade da comunicação com os amigos. O Factor 3 corresponde à alienação com os amigos, embora com o reconhecimento da necessidade de uma grande proximidade em relação a eles (Armsden & Greenberg, 1987).

procura de proximidade dos outros, em momentos de *stress* (Armsden & Greenberg, 1987).

A partir das sub-escalas do inventário, Armsden e Greenberg (1987) desenvolveram um procedimento exploratório das diferenças individuais da vinculação. Devido à não constatação da não independência dos factores, a vinculação foi abordada como uma medida unifactorial, de modo a poder medir aspectos de segurança/insegurança da vinculação, ao longo de uma única dimensão, separadamente para os pais e para os amigos.

O IPPA foi ainda sujeito a um processo de revisão (Armsden & Greenberg, 1987), possibilitando a avaliação separada da vinculação do adolescente à mãe e ao pai, mantendo a escala de vinculação aos amigos. Armsden (1986, *in* Neves, 1995) verificou a independência das escalas de vinculação à mãe, da vinculação ao pai e da vinculação aos amigos, através de uma análise dos factores principais, com rotação *varimax*¹². A partir daqui três escalas foram constituídas: a vinculação ao pai, a vinculação à mãe e a vinculação aos amigos. A consistência interna das três escalas, medida pelo coeficiente de *Cronbach*, foi de 0.87 para a vinculação à mãe, 0.89 para a vinculação ao pai, e 0.92 para a vinculação aos amigos.

A revisão deste instrumento levou a modificações no processo de classificação das diferenças individuais da vinculação (Armsden, 1986, *in* Neves, 1995). Neste sentido, os sujeitos foram classificados como possuindo uma “Vinculação Segura”, em cada uma das três escalas, se os resultados nessas escalas se situaram acima da mediana. Os sujeitos foram classificados como possuindo uma “Vinculação Insegura”, em cada escala, se os respectivos resultados se situaram abaixo da mediana. Deste modo, foi possível constituir seis grupos em função da segurança da vinculação. No que se refere aos pais temos: 1) relações “Concordantes Seguras”¹³; 2) relações “Concordantes Inseguras”¹⁴; 3) relações Discordantes (Mãe: relação Segura); 4) relações Discordantes (Pai: relação Segura). Relativamente aos amigos temos: 5) relação “Segura”; 6) relação “Insegura”. Esta classificação permite, ainda, efectuar estudos relativos à correspondência da segurança na relação do adolescente com o(s) pai(s) e com os amigos.

Este instrumento tem sido amplamente utilizado na investigação empírica, revelando capacidades psicométricas para a sua utilização (Neves, 1995; Neves, Soares, & Silva, 1999). Em Portugal são conhecidos alguns estudos com a versão

¹² Tendo em conta estes dados e um dos nossos propósitos neste estudo que se prende com a avaliação da percepção das relações de vinculação das grávidas/mães adolescentes única e exclusivamente aos pais, não aplicámos uma das escalas que compõem o inventário em questão (i.e., vinculação aos amigos).

¹³ Verificam-se quando as relações de vinculação com o pai e a mãe são ambas seguras.

¹⁴ Estas relações verificam-se quando as relações de vinculação com o pai e a mãe são ambas inseguras.

revista do IPPA (e.g., Geada, 1990; Neves, 1995; Matos & Ferreira, 2000).

2. Critérios de amostragem

Inicialmente deparámo-nos com a dificuldade em definir genérica e cronologicamente o início e o *terminus* da adolescência. Devido à grande diversidade de limites propostos e constatados na bibliografia consultada, definimos os 12 e os 18 anos de idade como o limite inferior e superior da nossa amostra. Os motivos que nos levaram ao estabelecimento deste critério, prendem-se com o facto de os 12 anos abrangerem maior consenso quando falamos do “início” da adolescência, bem como a maioria, segundo a lei portuguesa, ser definida aos 18 anos, idade a partir da qual se acede à emancipação de pleno direito.

As variáveis *gravidez* e *maternidade* constituem-se as grandes dimensões caracterizadoras da amostra de adolescentes analisada no nosso estudo. Assim, considerámos apenas as situações em que se verificava presença de gestação (independentemente do tempo da mesma), não em consequência de coacção sexual, violação ou incesto (aspectos clarificados através dos pareceres médico-psicológicos); quanto às mães adolescentes que integraram a nossa amostra, atendemos igualmente aos três últimos aspectos acima assinalados.

É importante referir que num primeiro momento tínhamos em mente a realização de um estudo junto de uma amostra unicamente constituída por grávidas adolescentes. Contudo, devido à extrema dificuldade com que nos deparámos na recolha de uma amostra razoavelmente desejável para uma investigação “nestes moldes”, optámos por alargar a recolha da nossa amostra a mães adolescentes. Além disso, procurando ainda uma maior representatividade da amostra, optámos por uma escolha aleatória de cada grávida/mãe adolescente, no que se refere aos elementos sócio-demográficos que permitem a sua caracterização (com excepção da idade).

3. Recolha da amostra

O grupo de 37 grávidas e/ou mães adolescentes (grávidas: $N = 23$; mães: $N = 14$) foi recolhido na Unidade de Intervenção Precoce da Maternidade Bissaya Barreto, em Coimbra, e na Associação de Defesa e Apoio à Vida de Coimbra (ADAV) entre Janeiro e Julho de 2007. As grávidas e/ou mães adolescentes que integraram a amostra do nosso estudo foram por nós abordadas aquando da ida à primeira consulta (ou consulta subsequente) de obstetria e/ou pediatria, ou aquando da ida à ADAV, em consequência de uma convocatória previamente realizada para o efeito.

Com o intuito de evitar a obtenção de resultados inválidos, optámos por eliminar todos os casos que nos suscitaram dúvidas relativamente à capacidade intelectual dos sujeitos. Além disso, foram colocados de parte os sujeitos que,

embora tendo aceitado colaborar na investigação, não devolveram os respectivos questionários e escalas preenchidos atempadamente no próprio dia em que foram abordados.

Nos casos em que os sujeitos manifestaram preferência pela realização de uma entrevista individual e estruturada (em consequência de algumas dificuldades no preenchimento do questionário), todas as entrevistas foram realizadas por nós próprias, procurando controlar o efeito da variável aplicador.

O contacto pessoal com cada uma das grávidas e/ou mães adolescentes, seguiram determinados passos, os quais passaremos a descrever brevemente:

- Após nos apresentarmos enquanto psicólogas a realizar um trabalho de investigação, clarificando que se tratava de um estudo acerca da gravidez e/ou maternidade na adolescência, passávamos a explicar, resumidamente, a finalidade da entrevista, conferindo importância à colaboração voluntária das utentes adolescentes, garantindo, para o efeito, a confidencialidade e o anonimato das respostas.

- Posteriormente, dávamos as principais instruções para o preenchimento de ambos os instrumentos de medida utilizados neste estudo, lendo literalmente as instruções inscritas nos mesmos. Nos casos de realização de entrevista, realizávamos uma anotação directa das respostas do sujeito, desejando-se garantir uma maior veracidade da informação recolhida.

- Finalmente, clarificávamos junto de cada sujeito a importância em preencher todos os espaços dados para resposta, alertando para a existência de disponibilidade da nossa parte para o esclarecimento de alguma dúvida, surgida no preenchimento do protocolo. Nesse momento, sublinhávamos, ainda, a ideia de que não existiam respostas certas ou erradas, solicitando as respostas que melhor se adequassem à sua situação, reforçando, mais uma vez, a confidencialidade e o anonimato das mesmas.

4. Caracterização da amostra

Neste ponto do nosso trabalho, passamos a caracterizar a amostra do nosso estudo, tomando como principais directrizes, duas componentes: uma primeira, de carácter sócio-demográfico e, finalmente, uma segunda componente referente às problemáticas da sexualidade e da gravidez.

Em termos sócio-demográficos (cf. Tabela 1), o conjunto dos sujeitos que colaboraram no nosso estudo têm idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos [sendo a média das idades de 17 anos aproximadamente (16.95)].

Apesar da totalidade das grávidas e/ou mães adolescentes que compõem a nossa amostra ser alfabetizada, o nível educacional varia entre o 5º e o 12º anos de

escolaridade, sendo que a maioria dos sujeitos da nossa amostra tem o 8º ano de escolaridade concluído (27%).

Quanto à profissão, verificamos que a maioria das mães e/ou grávidas são estudantes (37.8%), ainda que uma parte considerável se situe na categoria “sem profissão”, englobando a não frequência escolar (29.7%). As grávidas e/ou mães adolescentes que se encontram empregadas¹⁵ ascendem aos 13.5%.

Analisando a escolaridade e a situação profissional das grávidas e/ou mães que compõem a nossa amostra, atendendo, especificamente, à variável interrupção da escolaridade, constatamos que esta se verifica, maioritariamente, antes da gravidez, correspondendo a 48.6% dos casos que integram a amostra do nosso estudo. Verifica-se, contudo, que em 27% dos casos não existe qualquer interrupção da escolaridade. Refira-se que, no que concerne ao aproveitamento escolar a grande maioria destas grávidas e/ou mães possuem no seu historial uma ou mais reprovações (81.1%). Acrescente-se que 86.5% das grávidas e/ou mães não têm qualquer tipo de emprego, embora o contrário se verifique em 13.5% dos casos (destes 13.5%, em 8.1% dos casos, o emprego existe antes da gravidez).

Relativamente ao estado civil das próprias, constatámos que a maioria das mães e/ou grávidas adolescentes são solteiras (54.1%). Deparamo-nos também com alguns casos em que as mães e/ou grávidas adolescentes casaram antes da gravidez (5.4%), embora tal acontecimento tenha maior expressão depois da gravidez (8.1%). Mesmo assim, verificamos uma percentagem maior para aquelas que se encontram a viver em união de facto (32.4%), sendo que 18.9% das uniões de facto ocorreram antes da gravidez.

No que se refere aos pais das grávidas e/ou mães adolescentes, constatamos que a idade do pai de cada uma delas concentra maior percentagem no intervalo de [40-50[(40.5%). No que se refere às suas próprias mães, verificamos que, em mais de metade dos casos, a idade destas se situa no intervalo [30-40[(54.1%).

Quanto ao estado civil dos pais das grávidas e/ou mães adolescentes constatámos que a maioria deles se encontram casados (51.4%). Embora na maioria dos casos (91.9%) não exista morte dos pais, em 8.1% dos casos verifica-se a morte do pai. É ainda importante referirmos que, relativamente ao recasamento¹⁶ por parte do(da) pai(mãe) da adolescente, verificamos que na maioria dos casos tal situação

¹⁵ No nosso estudo, de modo a estabelecermos a diferenciação entre os diferentes tipos de profissões, procedemos à utilização da Classificação Nacional das Profissões (INE, 1998a, cf. Anexo E).

¹⁶ Relativamente a esta variável, adoptamos a definição dada por Lourenço (1996), quando afirma o seguinte: “entendemos por recasamento ou equivalente toda a situação em que existe uma relação regular de dois companheiros em que um ou ambos mantiveram previamente uma união de facto ou foram casados e se separaram, divorciaram ou enviuvaram. (...) neste grupo incluem-se não só relações conjugais legalizadas como ‘uniões de facto’ ” (p.192).

não se verifica (91.9%).

No que se refere ao nível sócio-económico¹⁷, constatamos que a maioria dos sujeitos (89.2%), pertencem ao nível sócio-económico baixo.

No que concerne ao número de irmãos, verificámos que 89.1% das grávidas e/ou mães têm pelo menos 1 irmão. É ainda de salientar que, relativamente ao lugar na fratria, a nossa amostra integra, na sua maioria, grávidas e/ou mães que se definem a este nível como as filhas mais velhas (“primogénito”), situando-se nos 37.8%, ou como “filhas do meio” (35.1%).

Quanto ao agregado familiar, verificamos que a maioria das grávidas e/ou mães vivem com os pais e irmão(s) (27%), seguindo-se aquelas que apenas vivem com o namorado/companheiro/marido (24.3%).

Mais de metade na nossa amostra reside em área predominantemente urbana (APU) (59.5%), seguida de 32.4% reside em área medianamente urbana (AMU) e 8.1% da mesma, reside em área predominantemente rural (APR)¹⁸.

Tabela 1. Caracterização sócio-demográfica da amostra

Variáveis	Frequência	Percentagem (%)	Variáveis	Frequência	Percentagem (%)
Idade			Interrupção da escolaridade		
14	2	5.4	Não existe	10	27
15	2	5.4	Interrompeu antes da gravidez	18	48.6
16	7	18.9	Interrompeu depois da gravidez	9	24.3
17	11	29.7	Aproveitamento escolar		
18	15	40.5	1 ou 2 reprov.	23	62.2
Habilitações literárias			3 ou mais reprov.	7	18.9
5º ano	2	5.4	Sem reprovações	7	18.9
6º ano	9	24.3	Emprego		
7º ano	3	8.1	Não existe	32	86.5
8º ano	10	27	Existe antes da gravidez	3	8.1
9º ano	9	24.3	Existe depois da gravidez	2	5.4
10º ano	1	2.7	Estado civil		
11º ano	1	2.7	Solteira	20	54.1
12º ano	2	5.4	Casada	5	13.5
Profissão			Junta (união de facto)	12	32.4
Sem profissão	11	29.7	Conjugalidade		
Estudante	14	37.8	Não existe	20	54.1
Doméstica	6	16.2	Casada antes da gravidez	2	5.4
Desempregada	1	2.7	Casada depois da gravidez	3	8.1
GG5	4	10.8			

(Continua na página seguinte)

¹⁷ Para a definição dos diferentes níveis socio-económicos utilizámos a classificação de M. Simões (1994). Para uma análise mais pormenorizada desta classificação cf. Anexo F.

¹⁸ Para procedermos à distinção entre as diferentes áreas de residência dos sujeitos que integraram na nossa amostra, baseámo-nos na “Tipologia de Áreas Urbanas” proposta pelo Grupo de Trabalho do Instituto Nacional de Estatística/Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (INE/DGOTDU) (1998b), sendo que a correspondência entre os três níveis de classificação (APU; AMU; APR) e a freguesia onde cada um dos respectivos sujeitos residia, foi feita mediante uma pesquisa *on-line* no *site* oficial do Instituto Nacional de Estatística (www.ine.pt).

GG9	1	2.7			
<u>(Continuação da página anterior)</u>					
União de facto antes da gravidez	7	18.9	Número de irmãos		
União de facto depois da gravidez	5	13.5	Filha única	4	10.8
Idade do pai			1 Irmão	10	27
[30-40 A[9	24.3	2 Irmãos	8	21.6
[40-50 A[15	40.5	3-5 Irmãos	15	40.5
≥50 A	6	16.2	Lugar na fratria		
Desconhecida	7	18.9	Filha única	4	10.8
Idade da mãe			Primogénito	14	37.8
[30-40 A[20	54.1	Filha do meio	13	35.1
[40-50 A[11	29.7	"Benjamin"	6	16.2
≥50 A	4	10.8	Residência		
Desconhecida	2	5.4	APU	22	59.5
Estado civil pais			AMU	12	32.4
Solteiros	3	8.1	APR	3	8.1
União de facto	2	5.4	Agregado familiar		
Casados	19	51.4	Mãe	1	2.7
Separados	4	10.8	Avó(s)	1	2.7
Divorciados	6	16.2	Sozinha	2	5.4
Viúvo(a)	3	8.1	Namorado/companheiro/marido	9	24.3
Recasamento			Instituição de acolhimento	2	5.4
Não existe	34	91.9	Filho	1	2.7
Da mãe divorciada	2	5.4	Sogra/sogros e namorado	2	5.4
Do pai e da mãe divorciada	1	2.7	Mãe e irmão(s)	4	10.8
Morte dos pais			Namorado e filho	1	2.7
Não existe	34	91.9	Mãe e pai	1	2.7
Pai falecido	3	8.1	Mãe, pai e irmão(s)	10	27
Nível sócio-económico			Mãe, pai, irmão(s) e marido	1	2.7
Baixo	33	89.2	Mãe, pai, irmão(s) avó(s) e marido	1	2.7
Médio	4	10.8	Mãe, irmão(s), avó(s) e companheiro	1	2.7

No que diz respeito à componente da sexualidade e gravidez (cf. Tabela 2), verificamos que o início da vida sexual na maioria da nossa amostra de grávidas e/ou mães adolescentes se concentra, de forma equivalente, em dois intervalos de idades, designadamente no intervalo [13-16 A[(48.6%) e no intervalo [16-18 A[(48.6%).

Quando nos centramos sobre aquilo que acontecia antes das grávidas/mães adolescentes engravidarem, designadamente sobre a questão relativa ao conhecimento de contraceptivos, constatamos que o conhecimento de dois métodos contraceptivos é aquele que reúne maior concentração de grávidas e/ou mães, representando ligeiramente mais de metade da nossa amostra (54.1%). Relativamente à origem desse conhecimento, é diverso o leque de contextos apontado pelas grávidas e/ou mães adolescentes. Contudo, verificamos que, de entre as diversas combinações realizadas com as fontes de conhecimento inscritas no questionário, a escola revela-se a fonte de conhecimento mais assinalada pelas grávidas e/ou mães do nosso estudo (83.8%). Além disso, mais de metade da nossa

amostra aponta a família como uma das outras fontes para o conhecimento acerca dos métodos contraceptivos (59.5%), havendo também diversas referências aos amigos (43.2%). Reportando-nos ainda ao período relativo àquilo que acontecia antes das grávidas e/ou mães adolescentes engravidarem, constatamos que a maioria delas não utilizava qualquer método contraceptivo (48.6%).

No que se reporta à gravidez, propriamente dita, verificamos que a totalidade da nossa amostra se define como grávida e/ou mãe pela primeira vez (100%).

Quando nos focamos sobre o tempo de gestação, constatamos que a maioria das grávidas se encontra no 2º trimestre de gestação (27%), apesar de 2.7% das grávidas da nossa amostra desconhecer o tempo de gestação no qual se encontra. Note-se que, relativamente ao tempo de gestação, 37.8% da nossa amostra não respondeu, pelo facto de algumas destas adolescentes já não se encontrarem grávidas, sendo “simplesmente” mães.

Além disso, importa ainda enunciar que 78.4% destas grávidas e/ou mães referem não ter planeado a gravidez. Apesar da maioria das grávidas e/ou mães não ter planeado a gravidez, verificamos que 86.5% refere ter aceite “positivamente” a mesma. Já no que diz respeito à colocação da hipótese de interrupção da gravidez, 73% das grávidas e/ou mães da amostra do nosso estudo assinalam “não”.

No que se refere à idade do pai do bebé, constatamos na nossa amostra que a maioria situa-se no intervalo de idades [20-25 A[(43.2%), sendo também possível constatar que a maioria dos pais dos bebés da nossa amostra são mais velhos do que as grávidas e/ou mães adolescentes (64.8%).

Quanto à profissão do pai do bebé, verificamos que a maioria dos pais do bebé, encontram-se empregados (62.1%), pertencendo a diferentes grupos profissionais, sendo que o Grande Grupo 7 (GG7) é aquele que concentra um valor mais elevado (37.8%). É ainda de salientar que 21.6% são estudantes.

O suporte social disponibilizado às grávidas e/ou mães do nosso estudo pode ser, de algum modo, traduzido nas “atitudes” quer do pai do bebé, quer do seu próprio pai e da sua própria mãe, relativamente à gravidez. No que diz respeito à “atitude do pai do bebé”, verificamos que a maioria das grávidas e/ou mães assinala uma “atitude de apoio” por parte deste (75.7%). Já no que se reporta à “atitude do pai” da grávida e/ou mãe, constatamos que em 81.1% dos casos verifica-se uma “atitude de apoio” deste relativamente à gravidez da filha. No que se refere à “atitude da mãe” da grávida e/ou mãe, verificamos que na maioria da nossa amostra prevalece a “atitude de apoio” (86.5%).

Quanto aos “sentimentos da própria face à gravidez”, verificamos que a maioria destas grávidas e/ou mães (70.3%) assinala sentimentos “positivos” relativamente à gravidez (sentimentos se traduzem no sentir-se “feliz”,

“recompensada” e “satisfeita”). Note-se, porém, que em 24.3% dos casos verificamos a referência por parte da grávida e/ou mãe adolescente a sentimentos “ambivalentes” relativamente à sua gravidez.

Além disso, constatamos que, em grande parte dos casos (91.9%) não foram referenciados, pelos sujeitos da amostra do nosso estudo, problemas médicos ocorridos durante a gravidez.

Atendendo à companhia desejada para o parto, constatamos que mais de metade das grávidas e/ou mães (59.5%) desejam/desejaram para o parto a companhia do pai do bebé.

Quando nos debruçamos sobre as expectativas de mudança face ao nascimento do bebé, observamos que a maioria das grávidas e/ou mães adolescentes tem expectativas de mudança positivas, assinalando a opção de resposta “sim, para melhor” (70.3%). Contudo, também verificamos alguns casos em que as grávidas e/ou mães não têm qualquer expectativa de mudança face ao nascimento do bebé (18.9%).

Torna-se ainda pertinente enunciar que relativamente ao projecto para o bebé, a totalidade das grávidas e/ou mães adolescentes pretendem ficar com o bebé (100%).

No que concerne aos projectos para a própria, as respostas dividem-se, havendo múltiplas combinações de opções de resposta. Contudo, verificamos que a maioria das mães e/ou grávidas adolescentes (45.9%) assinalam uma combinação familiar e profissional (que vai desde “casar”, “retomar os estudos” e/ou “ter um emprego”). Noutros casos verificamos que apenas é assinalado “retomar os estudos” (13.5%), seguido do desejo em “ter um emprego” (10.8%), ou mesmo “arranjar casa própria” (8.1%).

Quanto à existência (ou não) de acompanhamento psicológico, constatamos que a maioria das grávidas e/ou mães não tinha, no momento do preenchimento do questionário, qualquer tipo de acompanhamento dessa índole (62.2%).

Tabela 2. Caracterização da amostra relativamente à sexualidade e gravidez

Variáveis	Frequência	Percentagem (%)	Variáveis	Frequência	Percentagem (%)
Início da vida sexual			Amigos	16	43.2
[10-13 A[1	2.7	Família	22	59.5
[13-16 A[18	48.6	Livros	10	27
[16-18 A[18	48.6	Televisão	14	37.8
Conhecimento de contraceptivos			Médico	11	29.7
Não	2	5.4	Internet	1	2.7
Sim (1 método)	8	21.6	Utilização de contraceptivo		
Sim (2 métodos)	20	54.1	Não	18	48.6
Sim (3 ou 4 métodos)	7	18.9	Pílula	12	32.4
Origem do			Preservativo	5	13.5

conhecimento			(Continua na página seguinte)		
Escola	31	83.8			
<i>(Continuação da página anterior)</i>					
Pílula e preservativo	2	5.4	Atitude da mãe		
Grávida pela 1ª vez			Apoio	32	86.5
sim	37	100	Hostilidade	2	5.4
Tempo de gestação			"Distanciamento"	1	2.7
1º Trimestre	6	16.2	"Medo"	1	2.7
2º Trimestre	10	27	Desconhece a existência de gravidez	1	2.7
3º Trimestre	6	16.2	Sentimentos da própria		
Desconhece	1	2.7	Positivos	26	70.3
Não-grávida (mãe)	14	37.8	Negativos	2	5.4
Planeamento da gravidez			Ambivalentes	9	24.3
Sim	8	21.6	Probl. Médicos da gravidez		
Não	29	78.4	Não	34	91.9
Aceitação da gravidez			Sim	3	8.1
Positiva	32	86.5	Companhia desejada para o parto		
Negativa	5	13.5	Pai do bebé	22	59.5
Hipótese de IVG¹⁹			Mãe	6	16.2
Sim	10	27	Ninguém	1	2.7
Não	27	73	Pais	1	2.7
Idade do pai do bebé			Auxiliar da instituição	2	5.4
[15-20 A[12	32.4	Mãe e pai do bebé	4	10.8
[20-25 A[16	43.2	Mãe, Pai do bebé e amiga	1	2.7
[25-30 A[4	10.8	Expectativa de mudança com o nascimento do bebé		
≥ 30 A	4	10.8	Não	7	18.9
Incerteza quanto à paternidade	1	2.7	Sim, para melhor	26	70.3
Profissão do pai do bebé			Sim, para pior	1	2.7
Estudante	8	21.6	Sim, "mas aguardo pelo futuro"	1	2.7
GG5	4	10.8	Sim, "mais atenção e disponibilidade"	1	2.7
GG6	1	2.7	Sim, "pode ser positiva ou negativa"	1	2.7
GG7	14	37.8	Projecto para a própria		
GG8	3	8.1	Casar	3	8.1
GG9	1	2.7	Retomar os estudos	5	13.5
Sem profissão	1	2.7	Arranjar casa própria	3	8.1
Desconhecida	3	8.1	Ter um emprego	4	10.8
Atitude do pai do bebé			Combinação familiar e profissional	17	45.9
Apoio	28	75.7	Combinação profissional	1	2.7
Indiferença	5	13.5	Arranjar casa própria e emprego	3	8.1
Desinteresse e hipótese de IVG	1	2.7	Arranjar casa própria e casar	1	2.7
Incerteza quanto à paternidade	1	2.7	Arranjar casa própria e casar	1	2.7
"Despreocupação"	1	2.7	Projecto para o bebé		
Atitude do pai			Ficar com o bebé	37	100
Apoio	30	81.1	Acompanhamento psicológico		
Indiferença	2	5.4	Sim	14	37.8
Hostilidade	3	8.1	Não	23	62.2

¹⁹ Por IVG entendemos Interrupção Voluntária da Gravidez.

IV – Resultados

Para o tratamento estatístico dos restantes resultados, referentes à escala *Bonding* e ao IPPA, utilizámos o SPSS-14, à semelhança do que fizemos para obter as respectivas frequências e percentagens relativas à caracterização da amostra, assim como aplicámos os seguintes procedimentos: análise das estatísticas descritivas, análise correlacional (Coeficiente de Correlação de *Pearson*), análise da variância univariada (*one way ANOVA*), análise das comparações *post-hoc* (procedimentos *Tukey HDS* e *Games-Howell*).

1. Resultados na escala *Bonding*

Quando analisamos as estatísticas descritivas (cf. Tabela 1 do Anexo G) acerca das pontuações obtidas nas diferentes sub-escalas, verificamos que além do valor médio obtido na escala total ($M = 5.19$; $DP = 3.017$), torna-se relevante observarmos as médias obtidas em cada uma das sub-escalas *Bonding*. Desse modo, verificamos que aquela que apresenta o valor médio mais elevado é o ‘*Bonding Positivo*’ ($M = 7.38$; $DP = 1.534$), enquanto que o valor médio mais baixo pertence à sub-escala ‘*Bonding Negativo*’ ($M = .70$; $DP = 1.412$).

Ao testarmos os valores médios de cada uma das sub-escalas *Bonding* na escala total, verificamos que os resultados em todas as sub-escalas influenciam a escala total, de um modo altamente significativo: ‘*Bonding Positivo*’ [$F(31) = 4.967$, $p = .002$]; ‘*Bonding Negativo*’ [$F(31) = 10.653$, $p = .000$]; ‘*Bonding Not Clear*’ [$F(32) = 16.748$, $p = .000$].

No que concerne à análise correlacional entre a idade da grávida e/ou mãe adolescente e o *Bonding*, apenas verificamos a existência de correlações estatisticamente significativas entre a idade da própria e o ‘*Bonding Positivo*’ ($r = .393$, $p = .016$), assim como entre a idade da própria e o ‘*Bonding Total*’ ($r = .375$, $p = .022$).

Partindo da análise da variância (*one way ANOVA*), apresentamos a Tabela 1 (cf. Anexo H), na qual podemos identificar as variáveis independentes do nosso estudo que influenciam de forma significativa o *Bonding* (e.g., no ‘*Bonding Positivo*’ destaca-se a “expectativa de mudança”; no ‘*Bonding Not Clear*’ destaca-se o estado civil dos pais; a nível do ‘*Bonding Total*’ salienta-se o “estado civil dos pais” e a “atitude da mãe”).

Relativamente às variáveis que influenciam significativamente o *Bonding*, verificamos que as grávidas e/ou mães cujos pais vivem em “união de facto” são aquelas que obtêm uma pontuação média mais elevada no ‘*Bonding Not Clear*’

($M = 3$; $DP = 1.414$), paralelamente àquelas cujos pais estão “separados” ($M = 3$; $DP = 1.414$). O mesmo não acontece com as grávidas e/ou mães, cujos pais são “solteiros”, sendo que estas possuem uma pontuação média mais baixa no ‘Bonding Not Clear’. Ainda no que concerne ao *estado civil dos pais* das grávidas e/ou mães adolescentes, verificamos que no ‘Bonding Total’, curiosamente, são aquelas cujos pais estão “divorciados” que obtêm uma pontuação média mais elevada ($M = 7.17$; $DP = 1.835$). As grávidas e/ou mães cujos pais vivem em “união de facto” são, curiosamente, aquelas que obtêm uma pontuação média mais baixa no ‘Bonding Total’ ($M = 0.5$; $DP = 4.950$).

No que se refere à variável *atitude da mãe* no ‘Bonding Total’, verificamos que a grávida e/ou mãe adolescente com pontuação média mais elevada no ‘Bonding Total’, é, curiosamente, aquela cuja atitude da mãe se pautou pelo “medo” face à gravidez da filha ($M = 8$; $DP = 0$) ou mesmo no caso em que própria mãe da adolescente “desconhecia a existência da gravidez da filha” ($M = 8$; $DP = 0$), enquanto que as mães e/ou grávidas com pontuações médias mais baixas no ‘Bonding Total’ é aquela cuja atitude da mãe se pautou pelo “distanciamento” face à sua gravidez ($M = -3$; $DP = 0$).

Relativamente às *expectativas de mudança face ao nascimento do bebé*, verificamos que as grávidas e/ou mães que obtêm pontuações médias mais elevadas no ‘Bonding Positivo’ são aquelas que não têm qualquer expectativa de mudança ($M = 7.71$; $DP = 1.254$), bem como aquelas que respondem “sim, para melhor” ($M = 7.58$; $DP = 1.419$). Pelo contrário, aquela que apesar de ter *expectativas de mudança*, salienta que esta última tanto pode ser “positiva” ou “negativa”, é aquela que obtêm resultados médios mais baixos no ‘Bonding Positivo’ ($M = 4$; $DP = 0$). No ‘Bonding Total’, tendo igualmente em conta as expectativas de mudança, as grávidas e/ou mães com a pontuação média mais elevada são aquelas que respondem “sim, para melhor” ($M = 5.92$; $DP = 2.244$) e aquelas que não têm qualquer “expectativa de mudança” ($M = 4.86$; $DP = 3.805$), enquanto que aquela que tem expectativas de mudança “negativas” (“sim, para pior”) é aquela que obtêm uma pontuação média mais baixa ($M = -3$; $DP = 0$).

As comparações *post hoc* (procedimento *Tukey HDS*) mostram que existem diferenças significativas do ‘Bonding Not Clear’ entre as grávidas/ mães com pais separados e com pais solteiros ($DM = 2.667$, $p = 0.033$)²⁰: as grávidas e/ou mães com pais separados obtêm pontuações mais elevadas no ‘Bonding Not Clear’ do que as que têm pais solteiros. Utilizando o mesmo procedimento estatístico, verificamos ainda a existência de diferenças estatisticamente significativas no ‘Bonding Not Clear’ entre as grávidas e/ou mães com pais separados e pais divorciados

²⁰ Onde está “*DM*”, leia-se Diferença das Médias.

($DM = 2.167, p = 0.044$): as grávidas e/ou mães com pais separados são aquelas que obtêm pontuação mais elevada no ‘Bonding Not Clear’ do que aquelas que têm os pais divorciados. Ainda, ao utilizarmos o procedimento *Tukey HDS*, constatamos a existência de diferenças estatisticamente significativas no ‘Bonding Total’ entre as grávidas e/ou mães cujos pais vivem em união de facto e aquelas cujos pais são divorciados ($DM = -6.667, p = 0.046$): em conformidade com o que já tinha sido referido anteriormente, as grávidas e/ou mães cujos pais vivem em união de facto obtêm pontuações mais baixas no ‘Bonding Total’ do que aquelas cujos pais são divorciados.

Apesar da análise de variância (*one way ANOVA*) mostrar-nos que o *Bonding* não é influenciado pelo *estado civil* da grávida e/ou mãe adolescente (cf. Tabela 1 do Anexo H), ao procedermos à análise das comparações *post hoc* (procedimento *Games-Howell*), identificamos a existência de diferenças estatisticamente significativas no ‘Bonding Negativo’ entre as grávidas e/ou mães solteiras e casadas ($DM = 0.850, p = 0.028$): as grávidas e/ou mães solteiras obtêm pontuações mais elevadas no ‘Bonding Negativo’ do que as grávidas e/ou mães casadas. Relativamente às pontuações no ‘Bonding Total’, verificamos que as grávidas e/ou mães casadas diferem estatisticamente, de modo significativo, daquelas que vivem em união de facto ($DM = 3.017, p = 0.041$): as grávidas e/ou mães casadas obtêm pontuações mais elevadas no ‘Bonding Total’ do que aquelas que vivem em união de facto.

De modo semelhante, verificamos que apesar do *Bonding* não ser influenciado pela *conjugalidade* (cf. Tabela 1 do Anexo H), mediante a utilização de um procedimento estatístico *à posteriori* (*Games-Howell*), verificamos a existência de diferenças estatisticamente significativas, que de alguma forma vêm reforçar aspectos enunciados no parágrafo anterior, designadamente o facto de identificarmos diferenças estatisticamente significativas entre as grávidas e/ou mães em que não existe conjugalidade e aquelas que se casaram depois da gravidez ($DM = -3.050, p = .047$): as grávidas e/ou mães em não existe conjugalidade obtêm pontuações mais baixas no ‘Bonding Total’ do que aquelas que se casaram depois da gravidez.

Estudando o possível efeito da variável *lugar na fratria* através do procedimento *Games-Howell*, constatamos que, embora o *Bonding* não seja influenciado por esta variável (cf. Tabela 1 do Anexo H), as grávidas e/ou mães que ocupam o lugar de “primogénito” diferem de modo estatisticamente significativo, daquelas que ocupam o lugar de “benjamin” nas pontuações obtidas no ‘Bonding Positivo’ ($DM = -1.667, p = .044$): as grávidas e/ou mães que ocupam o lugar de “primogénito” têm pontuações mais baixas no ‘Bonding Positivo’ do que aquelas

que ocupam o lugar de “benjamin” na fratria.

Saliente-se também que, embora através da análise da variância não se tenha constatado que o *Bonding* é influenciado pela *atitude do pai* da grávida e/ou mãe adolescente face à gravidez desta (cf. Tabela 1 do Anexo H), analisando as comparações *post-hoc* (procedimento *Games-Howell*), verificamos a existência de diferenças altamente significativas no ‘Bonding Positivo’ entre as grávidas e/ou mães, cuja “atitude do pai” face à gravidez se baseou no apoio, e aquelas cuja “atitude do pai” foi de “indiferença” ($DM = 2.400, p = .00$): as grávidas e/ou mães apoiadas face à gravidez pelo pai têm pontuações mais elevadas no ‘Bonding Positivo’ do que aquelas cuja atitude do pai face à gravidez se pautou pela “indiferença”. No ‘Bonding Not Clear’ identificamos, igualmente, diferenças altamente significativas entre as grávidas e/ou mães, cujo pai teve uma atitude de “apoio” face à gravidez e aquelas em que o pai “desconhecia” a existência da gravidez ($DM = 1.600, p = .00$): as grávidas e /ou mães apoiadas pelo pai face à gravidez têm pontuações mais elevadas no ‘Bonding Not Clear’ do que aquelas em que o pai “desconhecia a gravidez”. Em termos de ‘Bonding Total’ verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre as mães e/ou grávidas cuja atitude do pai face à gravidez se baseia no “apoio” e aquelas em que o pai “desconhece a gravidez” ($DM = -3.400, p = .031$): as grávidas e/ou mães apoiadas pelo pai face à gravidez têm resultados mais baixos no ‘Bonding Total’ do que aquelas cujo pai desconhece a gravidez.

2. Resultados no IPPA

Partindo da análise das estatísticas descritivas relativas às pontuações obtidas em cada uma das escalas de vinculação aos pais (cf. Tabela 2 do Anexo G), constatamos que ao resultado médio das pontuações obtidas pelas grávidas e/ou mães na “escala Mãe” ($M = 57.86; DP = 15.686$) situa-se acima do resultado médio obtido na “escala Pai” ($M = 54; DP = 24.269$). Contudo, quando analisamos as medianas obtidas em cada uma das respectivas escalas, verificamos que o resultado destas é superior na “escala Pai” ($MD = 60$), do que na escala Mãe ($MD = 58$).

Seguidamente, ao analisarmos as frequências obtidas na “escalas Mãe e Pai” em função da segurança na vinculação (cf. Tabela 3 do Anexo G), verificamos que na “escala Mãe” a maior percentagem das grávidas e/ou mães se concentra mais no grupo vinculação insegura (51.4%) do que no grupo vinculação segura (48.6%). Relativamente à “escala Pai”, verificamos, de forma um pouco mais declarada, que as grávidas e/ou mães se concentram mais no grupo de vinculação insegura (59.5%) do que no grupo vinculação segura (40.5%).

Quando cruzamos as frequências relativas às pontuações obtidas nas “escalas

Mãe e Pai” em função da concordância/discordância relativa à segurança na vinculação (cf. Tabela 4 do Anexo G), verificamos que a maioria das grávidas e/ou mães se insere no grupo vinculação concordante insegura (37.8%), ao contrário do grupo de vinculação discordante – pai: relação segura (13.5%).

No que concerne à análise correlacional entre a variável idade e as pontuações obtidas na “escala Mãe e Pai”, constatamos que não existe uma correlação estatisticamente significativa, tanto na “escala Mãe” ($r = -0.29, p = .865$) como na “escala Pai” ($r = -0.062, p = .715$).

A partir da análise da variância (*one way ANOVA*), verificamos que a percepção da relação da vinculação com a mãe é influenciada por diversas variáveis, designadamente: “habilitações literárias” [$F(29) = 2.679, p = .029$]; “atitude do pai” [$F(33) = 2.817, p = .05$]; “sentimentos da própria” [$F(34) = 7.669, p = .002$]; “acompanhamento psicológico” [$F(35) = 6.964, p = .012$].

Nesse sentido, na “vinculação à mãe” verificamos que, relativamente às “habilitações literárias”, o resultado médio mais elevado se situa no 10º ano de escolaridade ($M = 101; DP = 0$), enquanto que o mais baixo se situa no 11º ano de escolaridade ($M = 40; DP = 0$). No que se refere à “atitude do pai”, verificamos que as grávidas com resultados médios mais elevados na vinculação à mãe são as aquelas cuja “atitude do pai” se pautou pela “indiferença” ($M = 85.50; DP = .707$), enquanto que os resultados mais baixos se situam naquelas cuja “atitude do pai” se baseou no “apoio” face à gravidez ($M = 55.43, DP = 15.156$). Também na “vinculação à mãe”, no que se refere ao “acompanhamento psicológico”, verificamos que a média mais elevada se situa nas grávidas e/ou mães que não têm acompanhamento psicológico ($M = 62.78; DP = 14.523$), sendo mais baixa naquelas que o possuem ($M = 49.79, DP = 14.523$).

Na análise da variância (*one way ANOVA*), tomando como base a variável dependente a “vinculação à mãe”, verifica-se que esta não é influenciada por determinadas variáveis consideradas no nosso estudo (e.g., “profissão”, “estado civil da própria”, “estado civil dos pais”, “conjugalidade”, “número de irmãos”, “lugar na fratria”, “nível socio-económico”, “atitude do pai do bebé” e “atitude da mãe da própria”; cf. Tabela 2 do Anexo H).

As comparações *post hoc*, (procedimento *Games-Howell*), permitem identificar uma diferença bastante significativa da “vinculação à mãe” entre as grávidas e/ou mães solteiras e casadas ($DM = -17.450, p = .002$): as grávidas e/ou mães solteiras obtêm resultados mais baixos na vinculação à mãe do que aquelas que são casadas. Utilizando o mesmo procedimento estatístico (procedimento *Games-Howell*), constatamos também a existência de uma diferença estatisticamente significativa da vinculação à mãe nas grávidas e/ou mães em que não existe

conjugalidade e aquelas que se casaram depois da gravidez ($DM = -15.650$, $p = .008$): as grávidas e/ou mães em que não existe conjugalidade têm resultados mais baixos na vinculação à mãe do que aquelas que se casaram depois da gravidez.

Partindo ainda das comparações *post-hoc* (procedimento *Games-Howell*), constatamos que as grávidas e/ou mães cuja “atitude do pai” se pauta pela indiferença diferem estatisticamente, de modo altamente significativo, na “vinculação à mãe”, daquelas em que a “atitude do pai” face à gravidez se pauta pelo “apoio” ($DM = 30.067$, $p = .000$), e também, embora não de forma tão vincada, daquelas em que a “atitude do pai” face à gravidez se caracteriza pela “hostilidade” ($DM = 21.833$, $p = .040$): as grávidas e/ou mães cuja atitude pai face à gravidez se caracteriza pela “indiferença” pontuam de modo mais elevado na “vinculação à mãe” do que aquelas cuja “atitude do pai” se caracteriza pelo “apoio”, bem como relativamente àquelas cuja “atitude do pai” face à gravidez se pauta pela “hostilidade”.

Ao debruçarmo-nos nas comparações *post-hoc* (procedimento *Tukey HDS*), verificamos que as grávidas e/ou mães com sentimentos “negativos” face à gravidez diferem estatisticamente, de modo bastante significativo, daquelas que possuem sentimentos positivos ($DM = 36.846$; $DP = .002$) e também daquelas cujos sentimentos face à gravidez são “ambivalentes” ($MD = 40.056$, $p = .002$): as grávidas e/ou mães com sentimentos negativos face à gravidez obtêm resultados mais elevados na “vinculação à mãe” do que aquelas cujos sentimentos face à gravidez são “positivos” e também “ambivalentes”.

No que se refere à variável dependente “vinculação ao pai”, verifica-se que esta apenas é altamente influenciada pelo “estado civil dos pais” [$F(31) = 6.018$, $p = .001$]. Por conseguinte, identificamos diversas variáveis independentes que revelam não influenciar a “vinculação ao pai” (“habilitações literárias”, “profissão”, estado civil da própria”, “conjugalidade”, “nº de irmãos”, “lugar na fratria”, “nível socio-económico”, “atitude do pai do bebé”, “atitude do pai”, “atitude da mãe”, “sentimentos da própria”, “expectativas de mudança”, projectos para a própria” e acompanhamento psicológico”; cf. Tabela 3 do Anexo H).

Ao analisarmos as comparações *post hoc* (procedimento *Games-Howell*), constatamos uma diferença estatisticamente significativa da vinculação ao pai entre as grávidas e/ou mães casadas e aquelas que vivem em união de facto ($DM = 23.733$, $p = .048$): as grávidas e/ou mães casadas obtêm pontuações mais elevadas na vinculação ao pai do que aquelas que vivem em união de facto. Partindo do mesmo procedimento *à posteriori* verificamos ainda, a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as grávidas e/ou mães cujas mães são viúvas e

aquelas cujos pais são solteiros ($DM = -45.667$, $p = .047$), casados ($DM = -71.500$, $p = .030$), vivem em união de facto ($DM = -60.368$, $p = .000$) ou são divorciados ($DM = -56.333$, $p = .027$): as grávidas e/ou mães cujas mães são viúvas obtêm resultados mais baixos na vinculação ao pai do que aquelas cujos pais são solteiros, casados, vivem em união de facto ou são divorciados.

Quando nos debruçamos sobre a análise de correlação (cf. Tabela 1 do Anexo I) entre as sub-escalas *Bonding*, a escala total e as pontuações referentes às “escalas Mãe e Pai” (estas duas últimas de carácter quantitativo), não encontramos nenhum valor de correlação estatisticamente significativo.

O mesmo se verifica quando substituímos na análise correlacional com a escala *Bonding*, as pontuações obtidas nas “escalas Mãe e Pai” pelas variáveis de carácter qualitativo referentes às percepções da relação com o pai e da relação de vinculação com a mãe (cf. Tabela 2 do Anexo I). Os valores alcançados nesta análise correlacional posterior, permite-nos constatar a não existência de uma correlação estatisticamente significativa entre os resultados obtidos na escala *Bonding* e aqueles obtidos na percepção da relação de vinculação ao pai e da relação de vinculação à mãe.

V – Discussão

Ao procedermos à discussão dos resultados, temos consciência que esta mesma discussão se encontra circunscrita à revisão da literatura por nós efectuada, ou mesmo ao modelo conceptual por nós construído em função dessa mesma revisão. O nosso ponto de vista assenta, sobretudo, na Teoria da Vinculação de Bowlby, sem excluir abordagens de carácter sistémico e/ou dinâmico que se mostram complementares, e desse modo, tornam-se pertinentes de enfoque, quando nos debruçamos sobre a questão da vinculação da jovem grávida e/ou mãe adolescente, por um lado enquanto mãe que manifesta determinado envolvimento emocional para com o seu bebé, por outro lado enquanto filha que se encontra vinculada a cada um dos progenitores (mãe e pai) de um modo específico, possuindo determinada percepção acerca da relação de vinculação com ambos.

Alguns dos resultados por nós identificados na literatura são congruentes com os dados obtidos no nosso estudo. Referimo-nos, especificamente, ao facto de verificarmos na nossa amostra, à semelhança daquilo que vimos na revisão da literatura, que a maioria das grávidas e/ou mães pertencentes à nossa amostra inserem-se num nível sócio-económico baixo, nível ao qual se associa, à partida, a existência de dificuldades económicas. Além disso, verificamos também que, a maioria das jovens grávidas e/ou mães adolescentes frequenta a escola (não se verificando, na sua maioria, o risco de abandono escolar precoce depois da gravidez,

sendo este, no nosso estudo, pelo contrário, mais elevado antes da gravidez). Para aquelas que deixaram de frequentar a escola, a maioria encontra-se incluída na categoria “sem profissão”, aspecto que poderá dever-se a uma perda de oportunidades de emprego.

Curiosamente, verificamos ainda que a média das idades das mães, destas grávidas e/ou mães adolescentes, se situa no intervalo [30-40 A[e, tendo em conta que a média de idades destas adolescentes é aproximadamente 17 anos, poderá verificar-se que, em alguns destes casos, também as suas próprias mães foram grávidas e/ou mães adolescentes. Neste âmbito, sai reforçada a ideia de que, salvaguardando a não imutabilidade da qualidade da vinculação, identificamos elementos que nos permitem sublinhar, de algum modo, que a qualidade da vinculação é transmitida ao longo das gerações, através da microcultura familiar. Assim, faz sentido sublinhar a ideia que os próprios modelos dinâmicos do *self* e das figuras de vinculação são, então, construídos na tal complementaridade e confirmação mútua, oferecendo-nos a plasticidade suficiente para falarmos de “*self* em relação”, tal como referia Soares (1992, *in* Machado, 1995).

Além disso, constatamos ainda que apesar da maioria das adolescentes reunir um nível de conhecimento razoável acerca dos métodos contraceptivos antes da gravidez (situando-se na maior parte dos casos no conhecimento de dois métodos), verificamos que a maioria das mesmas, aquando do início da sua vida sexual, não usava qualquer método contraceptivo. Esta “aparente contradição” poderá ter na base a ideia de flutuação entre a dependência (proteção) e a (independência), tida como característica típica da adolescência, neste caso específico com uma implicação maior ao nível da componente sexual (Correia & Alves, 1990). Neste sentido, parece-nos que dada esta “flutuação”, a adolescente não se sente suficientemente autónoma e/ou independente para proceder ao uso de métodos contraceptivos, na medida em que muitas vezes, tal como sugeria Bowlby (1973), a autonomia não é tanto “contar consigo próprio”, mas contar com o apoio dos outros para, a partir daí, construir a sua própria autonomia.

O facto da maioria das grávidas e/ou adolescentes possuírem expectativas de mudança “positivas” face ao nascimento do bebé, parece-nos vir reforçar a ideia da ocorrência de uma adequada revisão das relações de vinculação da grávida e/ou mãe adolescente aos pais de uma forma mais clara e coerente (Rodrigues, Figueiredo, Pacheco, Costa, Cabeleira, & Magarinho, 2004; Pacheco, Costa, & Figueiredo, 2003). A coerência inerente a estas relações de vinculação da grávida e/ou mãe adolescente com os pais, deixa “adivinhar” a obtenção de uma maior segurança nessas mesmas relações, possibilitando a assimilação das novas relações (neste caso, com o bebé) às expectativas consistentes sobre o modo representa as suas relações.

Neste sentido, ganha força a ideia de que a participação em novas relações é uma oportunidade para re-estruturar *working models* sobre si próprio e sobre os outros (Canavaro, 1999), neste caso especificamente sobre si enquanto mãe (figura geradora de outro ser, logo uma nova relação se vislumbra e se constrói) e filha (enquanto figura receptora de cuidados e afectos).

O facto do ‘Bonding Total’ ser mais elevado nas mães e/ou grávidas cujos pais se encontram divorciados, relativamente àquelas cujos pais vivem em união de facto, faz sentido, para nós, quando nos debruçamos sobre a noção de “falha básica” de Balint (1993, *in* Bayle, 2006), na medida em que o bebé da grávida e /ou mãe seria uma forma desta compensar algum desajustamento decorrente da situação familiar vivida, algo que agora procura ser compensado pela procura de envolvimento emocional com o bebé e que imprime um carácter, igualmente, resiliente à grávida. Daí que neste contexto faça todo sentido falarmos em resiliência (cf. Alarcão, 2000). Esta ideia de resiliência também poderá, de algum modo, explicar o facto das grávidas e/ou mães adolescentes, cuja “atitude da mãe” se pautou pelo “medo” face à gravidez da filha (ou mesmo, nos casos em que a própria mãe da adolescente desconhece a gravidez da filha), pontuarem de forma elevada no ‘Bonding Positivo’. Por sua vez, na linha 17, deve-se acrescentar: Além disso, a importância do suporte social, enquanto factor protector eficaz na adaptação à maternidade na adolescência, traduz-se também, de algum modo, no facto das grávidas e/ou mães adolescentes apoiadas pelo próprio pai obterem pontuações significativamente mais elevadas no ‘Bonding Positivo’ do que aquelas, cuja atitude do pai se pautou pela “indiferença”. Contudo, também constatamos de modo estatisticamente significativo que as grávidas e/ou mães solteiras obtêm pontuações mais elevadas no ‘Bonding Negativo’ do que aquelas que se encontram casadas, dado que vai de encontro à ideia, anteriormente pesquisada na literatura de que o casamento antes ou depois da gravidez potencia um maior apoio social da grávida/mãe (Osofsky, 1997), sendo também um factor protector eficaz face ao nível acrescido de *stress* e mal-estar associado à fase de gravidez (Figueiredo, Pacheco, Costa, & Magarinho, 2006), abrindo a hipótese da grávida e/ou mãe adolescente se encontrar emocionalmente mais disponível relativamente ao bebé.

Quando constatamos que as grávidas e/ou mães que ocupam o lugar de primogénito na fratria têm pontuações mais baixas no ‘Bonding Positivo’, pensamos que tal poderá dever-se à questão da disponibilidade afectiva que vêm nas suas figuras parentais, estando aqui em jogo a questão da capacidade de auto-regulação emocional, na medida em que a grávida e/ou mãe ao perceber os outros (neste caso, os pais) como afectuosos e portadores de carinho, vêm-se a elas próprias como merecedoras não apenas de tal afecto, mas também de gerar afecto (neste

caso, para o bebé). Ora, especificamente, ocupando um lugar na fratria de “primogénito”, há eventualmente a necessidade dos seus pais se repartirem pela restante fratria mais nova, algo que poderá implicar algum défice em termos de suporte social necessário para a grávida e/ou mãe, ideia esta que acaba por ser reforçada pela maioria delas ser solteira e sem conjugalidade associada.

O facto das grávidas e/ou mães com “vinculação insegura” terem valores mais elevados a esse nível na “escala Pai” está associado ao facto de ser a nível da figura paterna que identificamos casos de pais falecidos, sendo que em relação a estes há uma queda abrupta nas pontuações de vinculação. Esta ideia vai no sentido da propensão para ficar emocionalmente afectado ao nível do estabelecimento de laços afectivos fortes, quando ocorrem separações ou perdas inesperadas e/ou indesejadas (Bowlby, 1969).

Relativamente à não existência de uma correlação, estatisticamente significativa, entre a variável idade e as pontuações obtidas tanto no *Bonding* como na “escala Mãe” e “escala Pai”, podemos enfatizar a ideia de Bowlby (1977) quando considerava a vinculação enquanto característica que acompanha os indivíduos do berço à cova, algo parece transparecer a ideia de carácter contínuo da mesma, daí a sua eventual independência relativamente à idade. Aqui subjaz a ideia de que a vinculação, uma vez estabelecida, constitui-se uma ligação que tende a persistir e a ser duradoura (Ainsworth, 1969), algo que deve ser diferenciado do comportamento de vinculação que ganha diferentes formas, expressando-se de forma diferente consoante a etapa de vida considerada (Neves, 1995).

O facto das grávidas e/ou mães adolescentes cuja “atitude do pai” face à gravidez se pautou pela “indiferença” pontuarem de um modo mais elevado na “vinculação à mãe”, remete para o facto de, neste caso, ser a mãe da adolescente a figura parental de vinculação que mostra maior disponibilidade e abertura afectiva, reforçando a ideia de que a responsividade e a acessibilidade das figuras de vinculação faz depender o sentimento de confiança ou incerteza quanto à disponibilidade dessas figuras (Machado, 1995).

Quanto ao aspecto das grávidas e/ou mães em que não existe “conjugalidade” obterem um resultado significativamente mais baixo na “escala Mãe”, pode eventualmente estar associada à problemática da autonomia inerente à adolescência, na qual para o adolescente se conseguir autonomizar, saudavelmente, há necessidade de experimentar relações significativas fora da matriz social, sem para tal se desvincular dos laços parentais e do suporte por eles fornecido (Relvas, 1996), mantendo o sentimento de pertença (Alarcão, 1987). A vinculação possibilita, então, comportamentos de exploração ou autonomia no adolescente (Soares, 1988, *in* Neves, 1995). Daí que as jovens que se encontram casadas *à partida*, possuem uma

maior maturidade ao longo do processo de flutuação entre a dependência (protecção) e independência (autonomia).

Consideramos ainda que a gravidez/maternidade na adolescência, pelo facto de se constituir como tempo de aprender o “tornar-se uma figura de”, e simultaneamente, um período em que “ser uma figura de” é ainda vital (Soares, 2001, *in* Jongenelen, Soares, Grossman, & Martins, 2006), apela à necessidade de uma reorganização pessoal e relacional da adolescente (Jongenelen, 1998, *in* Jongenelen et al., 2006) que poderá acarretar maior nível de *stress* e mal-estar (Figueiredo, 2000, 2001). Daí se poderá explicar que as grávidas/mães que possuem sentimentos “negativos” face à gravidez, se manifestem de modo mais declarado vinculadas à sua mãe, uma vez que ainda se verifica muito a necessidade de “ser figura de”.

A não existência de uma correlação estatisticamente significativa entre os resultados obtidos na escala *Bonding* e os obtidos no IPPA, referentes à percepção da adolescente relativamente às relações de vinculação com os pais, vai no sentido oposto daquilo que inicialmente pensávamos e que ia de encontro à ideia presente na literatura, segundo a qual o modo como a grávida e/ou mãe adolescente estabelece a relação com o seu filho está dependente do modo como a mesma representa a sua relação passada com os pais (Pacheco, Costa, & Figueiredo, 2003). Este dado, bem como a inexistência de influência de algumas variáveis sociodemográficas e específicas da gravidez no presente estudo, poderá ser explicado pela eventual não inclusão, da nossa parte, de outras variáveis que, apesar de desconhecermos o seu efeito, poderão mediar a eventual existência de relação entre *bonding* e percepção da relação de vinculação aos pais.

Curiosamente, partindo desta última ideia, não podemos de deixar de assinalar que mediante uma análise “conjunta” dos resultados obtidos na escala *Bonding* e no IPPA, tomando como referência a eventual influência de outras variáveis, em ambas as escalas, identificamos semelhanças no que se refere ao “estado civil dos pais”, “estado civil da própria”, “conjugalidade” e “atitude do pai”.

Na continuidade daquilo que foi acima referido, não podíamos deixar de enfatizar o facto do tamanho da nossa amostra ($N = 37$) ser reduzida, relativamente àquilo que seria desejável, para a obtenção de resultados mais fidedignos e, por isso, mais representativos da população. Assim, uma das limitações deste estudo reside precisamente nesse facto, bem como nas implicações que tal aspecto acarreta ao nível da generalização dos resultados para a população em geral (não apenas explicado pelo carácter reduzido da amostra, mas também pelos locais onde a amostra foi recolhida, habitualmente frequentados por população com risco psico-social associado). Além disso, o facto de termos um questionário que avalia

sobretudo questões da gravidez e não tanto da maternidade, propriamente dita, poderá “camuflar” a consideração de variáveis pertinentes para o estudo.

Contudo, acreditamos que a presente investigação constitui uma mais valia no estudo da vinculação em grávidas e/ou mães adolescentes, considerando duas grandes “faces”: o envolvimento emocional da grávida/mãe com o bebé e a percepção desta relativamente à relação de vinculação com os pais. Por conseguinte, acreditamos que o nosso estudo contribui para a compreensão e/ou clarificação de alguns factores (e.g., “estado civil dos pais”, “estado civil da própria”, “conjugalidade” e “atitude do pai”) que influenciam as dinâmicas do *bonding* e da percepção da vinculação aos pais.

A este nível torna-se possível (re)escrever novas práticas de intervenção e/ou prevenção junto da população em estudo, procurando salvaguardar a vitalidade da relação mãe-bebé, edificando “novas pontes” num conhecimento mais específico acerca das relações humanas.

Além disso, a presente investigação re(abre) caminho para novos estudos nesta área, tão “fértil” mas, muitas vezes, complexa de investigar. Contudo, estamos convictos que tal complexidade enriquece o nosso espírito de iniciativa e conhecimento daí surgido, tornando possível a realização de novos estudos nesta área da “vinculação” (e.g., de carácter comparativo entre grávidas e mães adolescentes).

VI – Conclusões

1. Da revisão bibliográfica destacamos as seguintes conclusões:

- A vinculação traduz-se numa dimensão integrante do ser humano que prevalece ao longo do seu ciclo de vida, ainda que se manifeste comportamentalmente de forma diferenciada, tendo em conta a especificidade de cada uma das fases da vida do mesmo.

- A ligação da mãe ao bebé torna-se o modelo das relações futuras.

- Os modelos internos de vinculação assemelham-se a uma “base de dados”, na medida em que reflectem representações de relações de vinculação com lugar no passado e presente, constituindo-se o alicerce para a construção de novas relações.

- Existe complementaridade e confirmação mútua na forma como a construção dos modelos dinâmicos do *self* e das figuras de vinculação ocorre, traduzindo a noção de “*self* em relação”.

- Na adolescência os pais funcionam como “figuras de vinculação na reserva”, na medida em que se constituem recursos que o adolescente tem à sua disposição quando se vê envolvido em situações indutoras de *stress*. Daí que a autonomia adolescente se desenvolva saudavelmente quando há uma

experimentação de novas relações fora da matriz familiar, mas garantindo uma continuidade funcional e organizacional da relação entre filhos e pais (i.e., não implica que os filhos se desvinculem dos laços parentais).

- O sentido de segurança do *self* apela intimamente à capacidade de auto-regulação emocional.

- A qualidade de vinculação apresenta um carácter imutável, havendo possibilidade de determinados acontecimentos ou situações gerarem novas dinâmicas relacionais, não necessariamente adaptativas.

- Na generalidade, a gravidez abre caminho à revisão da relação com os pais, abrindo possibilidade a que esta seja representada de forma mais clara e organizada. Contudo, ao coincidir na adolescência conduz a um maior esforço por parte da adolescente para se reorganizar em termos pessoais.

- Embora a perspectiva desenvolvimental tenha vindo a apontar diversos dados que enquadram a questão da gravidez/maternidade na ideia de “crise”, existem “factores protectores” (suporte social, prosseguimento dos estudos...) que invertem essa ideia, evitando que caiamos no reducionismo ao qual subjaz olhar para as grávidas e/ou mães adolescentes de forma homogénea. Neste sentido, ganha também significado a ideia de resiliência associada à própria jovem e também o “postulado da competência”.

- *Bonding* e vinculação são conceitos diferentes, mas que se complementam entre si.

- A existência de diferentes tipos de vinculação (segura vs. insegura) está associada a diferentes tipos de relacionamento interpessoal.

- As relações de vinculação apresentam um poder preditivo que abrange dimensões que vão além da dimensão das relações parentais.

2. Do estudo empírico realizado podemos enunciar o seguinte:

- A maioria das grávidas e/ou adolescentes pertencem ao nível sócio-económico baixo, frequentam a escola, ainda que uma parte importante também não frequente a mesma (sendo poucas as que têm o 12º ano de escolaridade concluído), ao mesmo tempo que a maioria das mesmas não possui qualquer tipo de ocupação profissional.

- A maioria das jovens da nossa amostra é solteira e ocupam o lugar de primogénitas na fratria.

- Apesar da maioria ter conhecimento acerca da existência de pelo menos dois métodos contraceptivos, a maioria não fazia uso dos mesmos antes de engravidar.

- O suporte social face à gravidez, na maioria da nossa amostra, esteve presente, reflectindo-se na atitude de apoio por parte do pai do bebé e de ambos os

pais da própria. Verificamos também, uma maior concentração de expectativas de mudança “positivas” face ao nascimento do bebé na maioria das grávidas/mães, assim como a existência de projectos futuros por parte da grávida e/ou mãe assentes na combinação familiar e profissional. Além disso, constatamos que a totalidade das grávidas/mães pretende ficar com o bebé.

- O valor médio mais elevado é o ‘Bonding Positivo’, enquanto que o ‘Bonding Negativo’ é o valor em média mais baixo na nossa amostra.

- O *Bonding* é influenciado pelas seguintes variáveis: “estado civil dos pais”, “atitude da mãe” e “expectativas de mudança face ao nascimento do bebé”. Além disso, as grávidas e/ou mães adolescentes diferenciam-se de modo estatisticamente significativo no ‘Bonding Total’ e no ‘Bonding Negativo’, quando consideramos a variável “estado civil da própria”. Verificam-se ainda, diferenças estatisticamente significativas ao nível do ‘Bonding Not Clear’ e no ‘Bonding Total’, quando partimos da variável “estado civil dos pais”. Refira-se também, que identificamos diferenças estatisticamente significativas no ‘Bonding Total’ quando nos debruçamos sobre a variável “conjugalidade”. O ‘Bonding Positivo’ difere de modo estatisticamente significativo quando atendemos ao “lugar na fratria”. Por último, ‘Bonding Positivo’ e o ‘Bonding Not Clear’ diferem de modo altamente significativo, quando focamos a nossa análise na “atitude do pai” da grávida e/ou mãe adolescente face à gravidez. De uma forma um pouco menos declarada verificamos o mesmo relativamente ao ‘Bonding Total’, quando consideramos a mesma variável.

- Contudo, o *Bonding* não é influenciado pelas seguintes variáveis: “habilitações literárias”, “profissão”, “estado civil da própria”, “conjugalidade”, “número de irmãos”, lugar na fratria”, “agregado familiar”, “nível socio-económico”, “atitude do pai do bebé”, “atitude do pai da própria”, “sentimentos da própria”, “projectos para a própria” e “acompanhamento psicológico”.

- No IPPA a maioria das grávidas/mães situa-se no grupo inseguro quer relativamente à “escala Mãe”, quer relativamente à “escala Pai”.

- A “vinculação à mãe” é influenciada pelas seguintes variáveis: “habilitações literárias”, “atitude do pai da própria”, “sentimentos da própria” e “acompanhamento psicológico”. Além disso, a “vinculação à mãe” difere de modo estatisticamente significativo, quando consideramos as seguintes variáveis: “conjugalidade”, “atitude do pai” e “sentimentos da própria”.

- A “vinculação ao pai” é, por sua vez, influenciada unicamente pelo “estado civil dos pais” da grávida e/ou mãe adolescente. Contudo, foram identificadas diferenças estatisticamente significativas na “escala Pai”, quando atendemos ao estado civil dos pais.

- Não identificamos uma correlação estatisticamente significativa entre o *Bonding* e a percepção das relações de vinculação das grávidas e/ou mães adolescentes, quer relativamente à mãe, quer relativamente ao pai.

3. Da discussão dos resultados podemos extrair algumas conclusões:

- A discussão de resultados do nosso estudo é limitada pela revisão da literatura efectuada que, salienta, de modo preferencial, a Teoria da Vinculação de Bowlby.

- O facto de haverem grávidas/mães sem profissão leva-nos a considerar que associada à gravidez/maternidade está a dificuldade em arranjar emprego.

- A média das idades destas adolescentes cruzada com a média das idades das suas mães remete para que as últimas tenham sido igualmente mães adolescentes (carácter transgeracional).

- A existência de expectativas “positivas” face ao nascimento do bebé, parece estar associado a uma revisão favorável das relações de vinculação da jovem relativamente aos pais, quando tomamos em consideração o “estado civil da própria.

- O facto do ‘Bonding Total’ ser mais elevado nas grávidas/mães cujos pais estão divorciados poderá estar associado à ideia de “falha básica”, relativamente à qual o envolvimento com o bebé permite compensar, bem como à ideia de “resiliência”, esta última também associada à “atitude da mãe” da grávida e/ou mãe adolescente.

- O suporte social reflecte-se “positivamente” no *Bonding*.

- O lugar de “primogénito” na fratria implica menor envolvimento emocional com o bebé, estando em jogo o processo de “auto-regulação emocional”.

- A existência de morte numa das figuras parentais (neste caso o pai) implica maior investimento relacional na outra figura parental que resta à grávida/mãe, representada na mãe da grávida e/ou mãe adolescente.

- O suporte social reflecte-se “positivamente” na relação de vinculação da grávida/mãe com a figura parental que a disponibiliza.

- As limitações do estudo decorrem do tamanho reduzido da amostra e da não consideração de eventuais variáveis relativas à maternidade propriamente dita, que acabam por tornar os resultados não generalizáveis para a nossa população.

- Apesar disso, considera-se de máxima importância a realização deste estudo, que traz consigo um misto de compreensões/clarificações acerca de factores susceptíveis de influenciar o *bonding* e a percepção da grávida e/ou mãe relativamente às relações de vinculação com os pais. Nesse sentido, abrem-se novas possibilidades de intervenção e/ou prevenção ao nível das dinâmicas inerentes à relação precoce entre mãe-filho, a par de outros estudos de carácter comparativo

possíveis de realizar, cujo enfoque poderia remeter para a “vinculação” em grávidas e mães adolescentes.

Bibliografia

- Alarcão, M. (1987). Para uma abordagem dos processos de separação no adolescente, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXI, 583-613.
- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios familiares: uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto.
- Alferes, V. R. (1997). *Investigação científica em psicologia: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Ainsworth, M., & Wittig, B. (1969). Attachment and exploratory behaviour of one-year-olds in a strange situation. In B. M. Foss (Ed.), *Determinants of infant behaviour* (pp. 111-136). London: Methuen.
- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Allen, J., & Land, D. (1999). Attachment in adolescence. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical implications* (pp. 319-335). New York: The Guilford Press.
- Armsden, G., & Greenberg, M. (1987). The Inventory of Parent and Peer Attachment: Individual Differences and Their Relationship to Psychological Well-Being in Adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 16 (5) 427-454.
- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias: Tempo, caos, processo*. Lisboa: CLIMEPSI.
- Bayle, F. (2006). *À Volta do Nascimento*. Lisboa: CLIMEPSI.
- Barrat, M., & Roach, M. (1995). Early interactive processes: parenting by adolescent and adult single mothers. *Infant Behavior and Development*, 18, 97-109.
- Bernardi, R., Schwartzman, L., Canetti, A., Cerutti, A., Trenchi, N., & Rosenberg, S. (1992). Adolescent maternity: a risk factor in poverty situations? *Infant Mental Health Journal*, 13 (3), 211-218.
- Bifulco, A., Lillie, A., Ball, B., & Moran, P. (1988). *Entrevista de estilos de vinculação (A.S.I.): Manual de treino; versão 2 (reduzida)*. Royal Holloway: Universidade de Londres.
- Bifulco, A., Figueiredo, B., Guedeney, N., Gorman, L., Hayes, S., Muzik, M., Glatigny-Dallay, E., Valoriani, V., Kammerer, M., Henshaw, C., & TCS-

- PND group (2004). Maternal attachment style and depression associated with childbirth: Preliminary results from European and US cross-cultural study of post-natal depression. *British Journal of Psychiatry*, 184, (Suppl. 46), 33-40.
- Bowlby, J. (1969/82). *Attachment and loss: Attachment* (Vol. 1). New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Separation* (Vol. 2). New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1977). The making and breaking of affectional bonds. *British Journal of Psychiatry*, 130, 421-431.
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss: loss, sadness and depression*. London: Basic Books.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: parent-child attachment and healthy human development*. London: Basic Books.
- Brazelton, T. B., & Cramer B. G. (2004). *A relação mais precoce: Os pais, os bebés e a interacção precoce* (4ª ed.). Lisboa: Terramar.
- Bretherton, I. (1985). Attachment theory: Retrospect and prospect. In I. Bretherton & E. Waters (Eds.), *Growing Points in Attachment Theory and Research. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50 (1-2, Serial No. 209).
- Canavarro, M. C. (1999). *Relações afectivas e saúde mental*. Coimbra: Quarteto.
- Canavarro, M. C. & Pereira, A. I. (2001). Gravidez e Maternidade na Adolescência: Perspectivas Teóricas. In M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da Gravidez e da Maternidade* (pp. 323-357). Coimbra: Quarteto.
- Carvalho, A. C., Leal, I. & Sá, E. (2004). Adolescência e Gravidez. Auto-estima e Ansiedade em Grávidas Adolescentes. In E. Sá (Ed.), *A Maternidade e o Bebê* (pp. 45-68). Lisboa: Fim de Século.
- Colin, V. (1996). *Human attachment*. New York: McGraw-Hill Company.
- Cordeiro, J. D. (1987). Aspectos psicológicos e sociais da gravidez na adolescência. *Alter Ego*, 3, 111-118.
- Correia, M. J. (1995). A Carla ficou grávida! E agora? A família inserida na sociedade actual: Exigências de adaptação. *Análise Psicológica*, XX (1), 67-75.
- Correia, M. J., & Alves, M. J. (1990). Gravidez na adolescência: O nascimento de uma consulta e de um programa de intervenção. *Análise Psicológica*, VIII (4), 429-434.
- Fleming, M. (1993). *Adolescência e Autonomia. O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais*. Porto: Afrontamento.
- Figueiredo, B. (2000). Maternidade na adolescência: Consequências e trajectórias

- desenvolvimentais, *Análise Psicológica*, XVIII (4), 485- 498.
- Figueiredo, B. (2001). Maternidade na adolescência: Do risco à prevenção, *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 3 (2), 221-238.
- Figueiredo, B. (2003). Vinculação materna: Contributo para a compreensão das dimensões envolvidas no processo inicial de vinculação da mãe ao bebé, *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 3 (3), 521-539.
- Figueiredo, B. (2005). 'Bonding' pais-bebé. In I. Leal & C. Faria (Eds.). *Psicologia da gravidez e da parentalidade* (pp.287-314). Lisboa: Fim de Século.
- Figueiredo, B., Pacheco, A., & Magarinho, R. (2004). Utentes da consulta externa de grávidas adolescentes da maternidade Júlio Dinis entre os anos de 2000 e 2003, *Análise Psicológica*, XXII (3), 551-570.
- Figueiredo, B., Costa, R., Marques, A., Pacheco, A., & Pais, A. (2005a). Bonding: escala para avaliar o envolvimento emocional dos pais com o bebé, *Psychologica*, 40, 133-154.
- Figueiredo, B., Costa, R., Marques, A., Pacheco, A., & Pais, A. (2005b). Envolvimento emocional inicial dos pais com o bebé, *Acta Pediátrica Portuguesa*, 36 (2/3), 121-131.
- Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., & Magarinho, R. (2006). Qualidade da vinculação e dos relacionamentos significativos na gravidez, *Psicologia*, XX (1), 65-96.
- Fonseca, H. & Lourenço, C. (1993). Trabalho com mães adolescentes: uma experiência. *Revista Portuguesa de Pediatria*, 24 (4), 293-295.
- Geadá, M. (1990). Padrões de vinculação afectiva e níveis de desenvolvimento do auto-conhecimento em toxicodependentes e não- -toxicodependentes. *Jornal de Psicologia*, 9 (4/5) 14-18.
- George, C., & Solomon, J. (1999). Attachment and caregiving behavioral system. In J. Cassidy, & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 649-670). New York: The Guilford Press.
- Gonçalves, M. J. (2003) *Vinculação, Rede Social Pessoal e Psicopatologia no 1º Ano do Ensino Superior*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Greenberg, M., Siegel, J., & Leitch, C. (1983). The nature and importance of attachment relationships to parents and peers during adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 12 (5), 373-386.
- Guéguen, N. (1999). *Manual de estatística para psicólogos*. Lisboa: CLIMEPSI.
- Instituto Nacional de Estatística. (1998a). *Estatísticas Demográficas*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística. (1998b). *Tipologia de Áreas Urbanas*. Lisboa.
- Jongenelen, I., Soares, I., Grossman, K., & Martins, C. (2006). Vinculação em mães

- adolescentes e seus bebês, *Psicologia*, XX (1), 11-36.
- Klaus, M., & Kennell, J. (1976). *Maternal-infant bonding*. Saint Louis: The C. V. Mosby Company.
- Lourenço, M. M. C. (1996). *Textos e contextos da gravidez na adolescência. A adolescente, a família e a escola*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Lucker, K. (1992). Dubious conceptions: the controversy over teen pregnancy. In A. S. Skolnick, & J. H. Skolnick (Eds.), *Family in transition* (pp. 160-172). New York: Havrer Collins.
- Machado, M. G. (1995). *Representação da Vinculação e Percepção da Qualidade da Relação Adolescente-Pais*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Main, M., Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood: a move to the level of representation. In I. Bertherton & E. Waters (Eds.), *Growing points of attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50 (1-2, Serial No. 209), 66-104.
- Matos, A. P. M., & Ferreira, J. A. (2000). Escala de Avaliação da Relação Pais-Filhos: Construção e Procedimentos de Validação. In *Actas do 1º Congresso Hispano-Português de Psicologia*.
- Matos, P. M., & Costa, M. E. (2006). Vinculação aos pais e ao par romântico em adolescentes, *Psicologia*, XX (1), 97-126.
- Neves, L. (1995). *Suporte Emocional na Adolescência: A relação com os pais e com os amigos em momentos de transição escolar*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Neves, L., Soares, I., & Silva, M. C. (1999). Inventário da vinculação na adolescência – IPPA. In M. Simões, M. M. Gonçalves & L. S. Almeida (Eds.). *Testes e Provas Psicológicas em Portugal* (Vol. 2, pp. 37-48). Braga: APPORT/SHO.
- Osofsky, J. (1997). Psychosocial risks for adolescent parents and infants: clinical implications. In J. D. Nospitz, S. Greenspan, J. Wieder, & J. Osofsky (Eds.), *Handbook of Child and Adolescent Psychiatry* (pp. 191-201). New York: John Wiley & Sons.
- Pacheco, A., Costa, R., & Figueiredo, B. (2003). Estilo de Vinculação, Qualidade da Relação com Figuras Significativas e da Aliança Terapêutica e Sintomatologia Psicopatológica: Estudo exploratório com Mães

- Adolescentes, *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 3 (1), 35-59.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2000). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS (2ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família. Perspectiva sistémica*. Porto: Afrontamento.
- Rodrigues, A., Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., Cabeleira, C., & Magarinho, R. (2004). Memória de cuidados na infância, estilo de vinculação e qualidade da relação com pessoas significativas: Estudo com grávidas adolescentes, *Análise Psicológica*, XXII (4), 643-665.
- Sá, E., & Dias, M. C. (2004). A vida emocional do feto. In E. Sá (Ed.), *A Maternidade e o Bebê* (pp. 97-112). Lisboa: Fim de Século.
- Simões, M. M. R. (1984). *Investigações no âmbito da aferição nacional do Teste das Matrizes Progressivas de Raven (M.P.C.R.)*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra.
- Skolnick, A. (1986). Early attachment and personal relationships across the life course. In P. Baltes, D. Featherman, & R. Lerner (Eds.), *Life-span development and behaviour* (Vol. 7, pp. 173-206). Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Soares, I. (1996). *Representação da Vinculação na Idade Adulta e na Adolescência (1ª ed.)*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Soares, I. (2001). Vinculação e Cuidados Maternos: Segurança, protecção e desenvolvimento da regulação emocional no contexto da relação mãe- -bebé. In M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da Gravidez e da Maternidade* (pp. 75-104). Coimbra: Quarteto.
- Soares, I., Marques, M. C., Martins, C., Figueiredo, B., Jongenelen I., & Matos, R. (2001). Gravidez e Maternidade na Adolescência: Um estudo longitudinal. In M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da Gravidez e da Maternidade* (pp. 359-407). Coimbra: Quarteto.
- Sroufe, A. (1988). The role of infant caregiver attachment in development. In J. Belsky & T. Nezworski (Eds.), *Clinical implications of attachment* (pp. 18-38). Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum Associates.
- Veríssimo, M., & Salvaterra, F. (2006). O modelo interno dinâmico da mãe e o comportamento de base segura, *Psicologia*, XX (1), 37-50.
- Weiss, R. (1982). Attachment in adult life. In C. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *The place of attachment in human behaviour* (pp. 171-184). New York: Basic Books.

West, M., Rose, M., Spreng, S., Sheldon-Keller, A., & Adam, K. (1998). Adolescent Attachment Questionnaire: A brief assessment of attachment in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 27 (5), 661-673.

Anexo A: Tipologia relativa à vinculação no adulto

Os cinco estilos de vinculação definidos por Bifulco, Lillie e Moran (1988) são descritos da seguinte forma:

(a) **Emaranhado** – é um estilo de vinculação dependente, frequentemente acompanhado por hostilidade e raiva nas relações, bem como por ambivalência ou manipulação nas relações com os outros. Os sujeitos têm muita necessidade de dependência e requerem atenção dos outros, mas podem, de facto, ter muito poucos relacionamentos interpessoais verdadeiramente próximos;

(b) **Desligado** – caracteriza-se pelo evitamento dos outros, elevado individualismo e raiva/intolerância para com os outros. Estas pessoas poderão escolher contar apenas consigo e são frequentemente contenciosas com os outros ou clamam que não se pode confiar em ninguém. Geralmente isolam-se, sendo mais difíceis no relacionamento que o tipo amedrontado;

(c) **Amedrontado** – é um estilo de vinculação igualmente evitante, mas caracteriza-se mais pelo medo dos outros, ansiedade social e medo da rejeição ou de ser desiludido. Isto pode relacionar-se com experiências passadas ou actuais em que o sujeito foi desiludido, o que influi nas suas subseqüentes atitudes. Pode existir, contudo, um elevado desejo de estar próximo dos outros e, simultaneamente, medo que tal aconteça;

(d) **Retraído** – é uma categoria evitante residual, na qual se inserem traços de individualismo e falta de desejo de compromisso com os outros, mas sem medo do envolvimento e sem cólera ou intolerância perante os outros;

(e) **Padrão ou Seguro** – caracterizado pela competência em iniciar e manter relações interpessoais, tal como certifica a proximidade emocional em relação ao parceiro e aos filhos ou a outras figuras de apoio fora da família. Normalmente, existe uma relação estável, ou mesmo apoiante com a família de origem. É improvável a existência de atitudes extremas de hostilidade, dependência ou medo nas relações próximas, embora possam estar presentes evidências ligeiras.

Anexo B: Questionário

PARTE I – Identificação Sociodemográfica

1. Própria

Data de nascimento: ___/___/___ Habilitações literárias: _____

Profissão: _____

Estado civil:

solteira

casada data ___/___/___

junta data ___/___/___

outro: _____

2. Pais

PAI

MÃE

	PAI	MÃE
Data de nascimento		
Habilitações literárias		
Profissão		

Estado civil:

solteiros Vivem juntos? _____

Datas:

___/___/___ casados

___/___/___ separados

___/___/___ divorciados Há segundo casamento? _____

De quem? _____

___/___/___ viúvo(a) Quem faleceu? _____

Há novo casamento? _____

3. Irmãos

Sexo				
Data de nascimento				
Habilit. literárias				
Profissão				
Estado civil				

4. Local de residência (indica apenas a terra / local): _____

5. Com quem vives?

Mãe

Pai

Irmão(s) Quais? _____

Avó(s) Quais? _____

Sozinha Em que condições? _____

Outros Quem? _____

Desde quando? _____

PARTE II – Escolaridade e Situação Profissional

6. Andas a estudar?

Sim Ano: _____
 Não Quando deixaste de estudar? _____

7. Já reprovaste?

Sim Quantas vezes? _____
 Em que ano(s)? _____
 Não

8. Tens algum emprego?

Não
 Sim Qual? _____
 Desde quando? _____

PARTE III – Sexualidade e Gravidez

9. Quando iniciaste a tua vida sexual?

(de preferência indica o mês e o ano) ___/___

Responde às perguntas 10, 11 e 12 relativamente ao que acontecia antes de engravidares.

10. Conhecias algum método contraceptivo?

Não
 Sim Qual ou Quais? _____

11. Donde provinham esses conhecimentos sobre métodos contraceptivos?

Escola
 Amiga (o) (s)
 Família
 Livros
 Médico
 Televisão
 Outros Quem? _____

12. Utilizavas algum método contraceptivo?

Não

Sim Qual ou Quais? _____

13. Estás grávida pela primeira vez?

Sim

Não

14. Estás grávida de quantos meses (ou semanas)? _____

15. Planeaste a tua gravidez?

Sim

Não

16. Aceitaste bem a tua gravidez?

Sim

Não

17. Pensaste em abortar?

Sim

Não

18. Idade do pai do bebé: ____ anos

19. Profissão do pai do bebé: _____

20. Atitude do *pai do bebé* face à tua gravidez:

Apoio

Indiferença

Hostilidade

Outra Qual? _____

21. Atitude do *teu pai* face à tua gravidez:

Apoio

Indiferença

Hostilidade

Outra Qual? _____

22. Atitude da *tua mãe* face à tua gravidez:

Apoio

Indiferença

Hostilidade

Outra Qual? _____

23. Como é que te sentes grávida?

- Feliz
 Sozinha
 Assustada
 Recompensada
 Infeliz
 Satisfeita
 Outro Qual? _____

24. A tua gravidez tem tido problemas médicos?

- Não
 Sim Quais? _____

25. Que companhia desejas para o parto (além da equipa médica)?

- Pai do bebé
 Mãe
 Ninguém
 Outra Quem? _____

26. Achas que o bebé provocará alterações na tua vida?

- Não
 Sim Para melhor Como? _____
 Para pior Como? _____
 Outra Qual? _____

27. Quais os projectos de futuro (imediato) para o teu bebé?

- Ficar com o bebé
 Entregar o bebé a alguém Quem? _____

28. Quais os projectos de futuro para ti própria?

- Casar
 Ter mais filhos
 Retomar os estudos
 Arranjar casa própria
 Ter um emprego
 Outro(s) Qual ou Quais? _____

29. Beneficias de algum tipo de apoio psicológico?

- Sim
 Não

Observações:

.....

Anexo C: Escala *Bonding*

BONDING

(Figueiredo, Marques, Costa, Pacheco, & Pais, *in press*)

Apresentamos alguns adjectivos que podem descrever o modo como se sente em relação ao seu bebé.

Assinale com um X, até que ponto as palavras seguintes se adequam ao modo como se sente neste momento.

	MUITO	BASTANTE	UM POUCO	DE MODO NENHUM
Afectuosa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desiludida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Neutra, sem sentimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Possessiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ressentida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desgostosa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Protectora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alegre	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agressiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Receosa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Zangada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Triste	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Anexo D: IPPA – Versão Revista

Inventário da Vinculação na Adolescência (Neves, 1995)

INSTRUÇÕES

Este inventário procura avaliar as relações actuais dos adolescentes com pessoas significativas – com a mãe e com o pai. Por favor, leia cuidadosamente as instruções de cada parte do inventário.

PARTE I

Cada uma das afirmações que se seguem são relativas aos seus sentimentos para com a sua **mãe** ou a pessoa que fez as vezes de mãe. Se tem mais de uma pessoa nessas circunstâncias (ou seja, a mãe natural e a mãe adoptiva, a madrinha, a avó, etc) responda às afirmações seguintes tomando como referência aquela que mais o (a) influenciou.

Por favor, leia cada afirmação cuidadosamente e marque uma cruz no quadrado referente à alternativa que neste momento considera mais verdadeira.

No fim, certifique-se de que respondeu a todas as afirmações.

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Bastantes Vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
1. A minha mãe respeita os meus sentimentos.					
2. Acho que a minha mãe é uma boa mãe.					
3. Gostava de ter uma mãe diferente da que tenho.					
4. A minha mãe aceita-me tal como sou.					
5. Gosto sempre de saber a opinião da minha mãe sobre coisas que são importantes para mim.					
6. Acho inútil dar a conhecer os meus sentimentos à minha mãe.					
7. Mesmo quando estou fora de mim, sou capaz de escutar o que a minha mãe me queira dizer.					
8. Tenho vergonha ou acho patético falar dos meus problemas à minha mãe.					
9. A minha mãe espera demasiado de mim.					
10. Perco a cabeça facilmente com a minha mãe.					

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
11. Fico fora de mim mais vezes do que a minha mãe pensa.					
12. Quando conversamos sobre qualquer assunto, a minha mãe tem em devida conta as minhas opiniões.					
13. A minha mãe confia na minha capacidade de ajuizar as coisas.					
14. Não aborreço a minha mãe com os meus problemas, pois ela já tem os dela.					
15. A minha mãe ajuda-me a eu compreender-me melhor a mim próprio.					
16. Costumo falar à minha mãe dos meus problemas ou complicações.					
17. A minha mãe irrita-me.					
18. A minha mãe não me dá muita atenção.					
19. A minha mãe ajuda-me a falar acerca das minhas próprias dificuldades.					
20. A minha mãe compreende-me.					
21. Quando me irrito com qualquer coisa a minha mãe procura ser compreensiva.					
22. Confio na minha mãe.					
23. A minha mãe não compreende o que é a minha vida.					
24. Posso contar com a minha mãe quando preciso de me ver livre de algum peso que tenho dentro de mim.					
25. Quando a minha mãe percebe que tenho alguma coisa que me aborrece, pergunta-me sempre o que tenho.					

PARTE II

Cada uma das afirmações que se seguem são relativas aos seus sentimentos para com o seu **pai** ou a pessoa que fez as vezes de pai. Se tem mais de uma pessoa nessas circunstâncias (ou seja, o pai natural e o pai adoptivo, o padrinho, o tio, etc) responda às afirmações seguintes tomando como referência aquele que mais o(a) influenciou.

Por favor, leia cada afirmação cuidadosamente e marque uma cruz no quadrado referente à alternativa que neste momento considera mais verdadeira.

No fim, certifique-se de que respondeu a todas as afirmações.

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
1. O meu pai respeita os meus sentimentos.					
2. Acho que o meu pai é um bom pai.					
3. Gostava de ter um pai diferente do que tenho.					
4. O meu pai aceita-me tal como sou.					
5. Gosto sempre de saber a opinião do meu pai sobre coisas que são importantes para mim.					
6. Acho inútil dar a conhecer os meus sentimentos ao meu pai.					
7. Mesmo quando estou fora de mim, sou capaz de escutar o que o meu pai me queira dizer.					
8. Tenho vergonha ou acho patético falar dos meus problemas ao meu pai.					
9. O meu pai espera demasiado de mim.					
10. Perco a cabeça facilmente com o meu pai.					
11. Fico fora de mim mais vezes do que o meu pai pensa.					
12. Quando conversamos sobre qualquer assunto, a minha mãe tem em devida conta as minhas opiniões.					
13. O meu pai confia na minha capacidade de ajuizar as coisas.					
14. Não aborreço o meu pai com os meus problemas, pois ele já tem os dele.					
15. O meu pai ajuda-me a eu compreender-me melhor a mim próprio.					
16. Costumo falar ao meu pai dos meus problemas ou complicações.					
17. O meu pai mãe irrita-me.					
18. O meu pai não me dá muita atenção.					
19. O meu pai ajuda-me a falar acerca das minhas próprias dificuldades.					
20. A meu pai compreende-me.					
21. Quando me irrita com qualquer coisa o meu pai procura ser compreensivo.					
22. Confio no meu pai.					
23. O meu pai não compreende o que é a minha vida.					
24. Posso contar com o meu pai quando preciso de me ver livre de algum peso que tenho dentro de mim.					
25. Quando o meu pai percebe que tenho alguma coisa que me aborrece, pergunta-me sempre o					

que tenho.			
------------	--	--	--

PARTE III

Cada uma das afirmações que se seguem são relativas aos seus sentimentos e relações com os seus **amigos**.

Por favor, leia cada afirmação cuidadosamente e marque uma cruz no quadrado referente à alternativa que neste momento considera mais verdadeira.

No fim, certifique-se de que respondeu a todas as afirmações.

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
1. Gosto sempre de saber a opinião dos meus amigos sobre os assuntos que me dizem respeito.					
2. Mesmo quando estou fora de mim por qualquer motivo, sou capaz de escutar o que os meus amigos me queiram dizer.					
3. Quando falo de qualquer assunto com os meus amigos, eles têm em consideração os meus pontos de vista.					
4. Tenho vergonha ou acho patético falar dos meus problemas com os meus amigos.					
5. Gostava que os meus amigos fossem diferentes daquilo que são.					
6. Os meus amigos compreendem-me.					
7. Os meus amigos ajudam-me a eu a falar das minhas próprias dificuldades.					
8. Os meus amigos aceitam-me como sou.					
9. Frequentemente, sinto uma grande necessidade de estar com os meus amigos.					
10. Os meus amigos não percebem o que eu ando a fazer na vida.					
11. Sinto-me só ou marginalizado quando estou com os meus amigos.					
12. Os meus amigos dão atenção ao que eu digo.					
13. Acho que os meus amigos são bons amigos.					
14. Tenho bastante facilidade em falar com os meus amigos sobre qualquer assunto.					

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
15. Quando estou irritado com qualquer coisa, os meus amigos procuram compreender-me.					
16. Os maus amigos ajudam-me a eu compreender-me melhor.					
17. Os meus amigos têm em consideração a minha maneira de ser.					
18. Irrito-me com os meus amigos.					
19. Quando tenho algum problemas grave posso contar com os meus amigos.					
20. Confio nos meus amigos.					
21. Os meus amigos respeitam os meus sentimentos.					
22. Fico fora de mim mais frequentemente do que os meus amigos pensam.					
23. Dá a impressão que os maus amigos estão irritados comigo sem razão.					
24. Posso falar francamente aos meus amigos dos maus problemas e complicações.					
25. Quando os meus amigos percebem que eu tenho algum problema, procuram sempre saber o que tenho.					

Anexo E: Classificação Nacional das Profissões (INE, 1998a)

Grande Grupo 1 – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas;

Grande Grupo 2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas;

Grande Grupo 3 – Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio;

Grande Grupo 4 – Pessoal Administrativo e Similares;

Grande Grupo 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores;

Grande Grupo 6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas;

Grande Grupo 7 – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares;

Grande Grupo 8 – Operadores de Instalações e Máquinas;

Grande Grupo 9 – Trabalhadores não Qualificados.

Anexo F: Classificação do nível sócio-económico

Simões (1994) introduziu outros critérios, para além da profissão do(s) pai(s), na avaliação da categoria sócio-económica, donde “o nível socio-económico foi calculado a partir do cruzamento ou da agregação de índices com base na profissão principal (e na mais importante), correspondente ao ofício ou modalidade de trabalho remunerado que normalmente o pai, a mãe, ou as pessoas com quem a criança (adolescente) vive, desempenham; na situação profissional, que inclui as seguintes possibilidades: patrão, que emprega habitualmente um ou mais trabalhadores, trabalhador por conta própria, sem assalariados, trabalhador por conta de outrem; e no nível de estudos dos pais (correspondente ao grau de ensino mais elevado, ainda que incompleto, atingido pelos progenitores ou pessoas com quem a criança (adolescente) vive” (Simões, 1994, p. 285).

Por conseguinte, Simões (1994, pp. 285-286) faz referência a três níveis sócio-económicos, caracterizando e/ou definindo cada deles da seguinte forma:

Nível socio-económico baixo: trabalhadores assalariados, por conta de outrem, trabalhadores não especializados da indústria e construção civil, empregados de balcão no pequeno comércio, contínuos, cozinheiros, empregados de mesa; empregadas de limpeza, pescadores, rendeiros, trabalhadores agrícolas, vendedores ambulantes, trabalhadores especializados da indústria (mecânicos, electricistas), motoristas; até ao 8º ano de escolaridade obrigatória.

Nível socio-económico médio: profissionais técnicos intermédios independentes, pescadores proprietários de embarcações; empregados de escritório, de seguros e bancários; agentes de segurança, contabilistas; enfermeiros, assistentes sociais; professores do ensino primário e secundário; comerciantes e industriais; do 9º ao 12º ano de escolaridade; cursos médios e superiores.

Nível socio-económico elevado: grandes proprietários ou empresários agrícolas, do comércio e da indústria; quadros superiores da administração pública, do comércio, da indústria e de serviços, profissões liberais (gestores, médicos, magistrados, arquitectos, engenheiros, economistas, professores de ensino superior); artistas; oficiais superiores das forças militares e militarizadas; pilotos da aviação; do 4º ano de escolaridade (de modo a incluir grandes proprietários e empresários) à licenciatura, mestrado ou doutoramento.

Anexo G: Tabelas de estatísticas descritivas

Tabela 1. Pontuações médias obtidos nas diferentes sub-escalas *Bonding* e escala total

	Média (<i>M</i>)	Desvio Padrão (<i>DP</i>)
'Bonding Positivo'	7.38	1.534
'Bonding Negativo'	.70	1.412
'Bonding Not Clear'	1.49	1.261
'Bonding Total'	5.19	3.017

Tabela 2. Estatísticas descritivas relativas às pontuações nas “escalas Mãe e Pai”

	Pontuação na escala Mãe	Pontuação na escala Pai
Média (<i>M</i>)	57.86	54
Mediana (<i>MD</i>)	58	60
Desvio-Padrão (<i>DP</i>)	15.686	24.269

Tabela 3. Frequências obtidas nas “escalas Mãe e Pai” em função da segurança na vinculação

	Frequência	Porcentagem (%)
Vinculação segura (Mãe)	18	48.6
Vinculação insegura (Mãe)	19	51.4
Vinculação segura (Pai)	15	40.5
Vinculação insegura (Pai)	22	59.5

Tabela 4. Cruzamento das frequências relativas às pontuações obtidas nas “escalas Mãe e Pai” em função da concordância/discordância relativa à segurança na vinculação

	Frequência	Porcentagem (%)
Concordante segura	10	27
Concordante insegura	14	37.8
Discordante – Mãe: relação segura	8	21.6
Discordante – Pai: relação segura	5	13.5

Anexo H: Tabelas de análise da variância

Tabela 1. Análise da variância (one way ANOVA) entre o “bonding” e as variáveis independentes definidas no nosso estudo

	“Bonding Positivo”	“Bonding Negativo”	“Bonding Not Clear”	“Bonding Total”
Habilitações literárias	$F(29) = .183$ $p = .987$	$F(29) = .402$ $p = .893$	$F(29) = .068$ $p = .408$	$F(29) = .620$ $p = .735$
Profissão	$F(31) = .652$ $p = .672$	$F(31) = .322$ $p = .896$	$F(31) = .660$ $p = .657$	$F(31) = .623$ $p = .683$
Estado civil da própria	$F(34) = 1.520$ $p = .233$	$F(34) = .724$ $p = .492$	$F(34) = .883$ $p = .423$	$F(34) = 2.008$ $p = .150$
Conjugalidade	$F(32) = .758$ $p = .560$	$F(32) = .364$ $p = .832$	$F(32) = .994$ $p = .425$	$F(32) = 1.028$ $p = .408$
Estado civil dos pais	$F(31) = .892$ $p = 0.498$	$F(31) = 1.711$ $p = .161$	$F(31) = 3.5$ $p = .013^*$	$F(31) = 3.059$ $p = .023^*$
Nº de irmãos	$F(33) = .926$ $p = .439$	$F(33) = .557$ $p = .647$	$F(33) = .536$ $p = .661$	$F(33) = .431$ $p = .732$
Lugar na fratria	$F(33) = 2.093$ $p = .120$	$F(33) = .608$ $p = .614$	$F(33) = 1.756$ $p = .175$	$F(33) = 1.360$ $p = .272$
Agregado familiar	$F(23) = 1.011$ $p = .473$	$F(23) = .373$ $p = .966$	$F(23) = 1.554$ $p = .172$	$F(23) = 1.679$ $p = .134$
Nível sócio-económico	$F(35) = .003$ $p = .959$	$F(35) = .805$ $p = .376$	$F(35) = .479$ $p = .493$	$F(35) = .463$ $p = .501$
Atitude do pai do bebé	$F(31) = 1.555$ $p = .202$	$F(31) = .618$ $p = .687$	$F(31) = .779$ $p = .573$	$F(31) = .987$ $p = .441$
Atitude do pai da própria	$F(33) = 2.368$ $p = .089$	$F(33) = .782$ $p = .512$	$F(33) = 1.298$ $p = .291$	$F(33) = 2.660$ $p = .064$
Atitude da mãe da própria	$F(32) = 1.415$ $p = .251$	$F(32) = 1.747$ $p = .164$	$F(32) = 2.438$ $p = .067$	$F(32) = 2.767$ $p = .044^*$
Sentimentos da própria	$F(34) = .442$ $p = .646$	$F(34) = .904$ $p = .414$	$F(34) = 1.158$ $p = .326$	$F(34) = 1.363$ $p = .269$
Expectativa de mudança	$F(31) = 2.586$ $p = .046^*$	$F(31) = 2.296$ $p = .069$	$F(31) = 1.605$ $p = .188$	$F(31) = 3.351$ $p = .016^*$
Projecto para a própria	$F(29) = .480$ $p = .841$	$F(29) = .946$ $p = .487$	$F(29) = .806$ $p = .589$	$F(29) = .561$ $p = .781$
Acompanhamento psicológico	$F(35) = .252$ $p = .619$	$F(35) = 3.134$ $p = .085$	$F(35) = 2.00$ $p = .166$	$F(35) = 2.848$ $p = .100$

* $p < .05$

Tabela 2. Varáveis independentes que não influenciam a “vinculação à mãe”

	Vinculação à mãe
Profissão	$F(31) = .530, p = .752$
Estado civil da própria	$F(34) = 2.710, p = .081$
Estado civil dos pais	$F(31) = 0.909, p = .488$
Conjugalidade	$F(32) = 1.449, p = .241$
Nº de irmãos	$F(33) = .317, p = .813$
Lugar na fratria	$F(33) = .415, p = .743$
Nível socio-económico	$F(35) = .008, p = .928$
Atitude do pai do bebé	$F(31) = .069, p = .996$
Atitude da mãe	$F(32) = 1.829, p = .148$
Expectativas de mudança	$F(31) = .674, p = .646$
Projectos para a própria	$F(29) = .604, p = .748$

Tabela 3. Variáveis independentes que não influenciam a “vinculação ao pai”

	Vinculação ao pai
Habilitações literárias	$F(29) = 1.683, p = .153$
Profissão	$F(31) = .632, p = .677$
Estado civil da própria	$F(34) = 2.359, p = .110$
Conjugalidade	$F(32) = 1.187, p = .335$
Nº de irmãos	$F(33) = .180, p = .909$
Lugar na fratria	$F(35) = .824, p = .490$
Nível socio-económico	$F(35) = .002, p = .961$
Atitude do pai do bebé	$F(31) = 1.488, p = .222$
Atitude do pai	$F(33) = 1.766, p = .173$
Atitude da mãe	$F(32) = 1.511, p = .222$
Sentimentos da própria	$F(34) = 2.058, p = .143$
Expectativas de mudança	$F(31) = 2.154, p = .085$
Projectos para a própria	$F(29) = .732, p = .646$
Acompanhamento psicológico	$F(35) = .846, p = .364$

Anexo I: Tabelas de correlação

Tabela 1. Resultados obtidos através da análise correlacional (Coeficiente de Correlação de Pearson) entre Bonding e a pontuação obtida nas escalas Mãe e Pai

	Pontuação escala Mãe	Pontuação escala Pai
'Bonding Positivo'	$r = -.094, p = .581$	$r = .028, p = .871$
'Bonding Negativo'	$r = .021, p = .903$	$r = .126, p = .459$
'Bonding Not Clear'	$r = -.155, p = .359$	$r = .177, p = .295$
'Bonding Total'	$r = .008, p = .964$	$r = -.119, p = .484$

Tabela 2. Resultados obtidos na análise correlacional (Coeficiente de Correlação de Pearson) entre Bonding e as percepções das relações nas escalas mãe e pai

	Vinculação à Mãe	Vinculação ao Pai	Cruzamento da percepção da vinculação relativa à mãe e ao pai
'Bonding Positivo'	$r = .136, p = .422$	$r = -.012, p = .945$	$r = .000, p = .998$
'Bonding Negativo'	$r = .052, p = .758$	$r = -.097, p = .567$	$r = -.189, p = .264$
'Bonding Not Clear'	$r = .120, p = .480$	$r = -.252, p = .132$	$r = .002, p = .989$
'Bonding Total'	$r = .044, p = .797$	$r = .145, p = .392$	$r = .087, p = .609$